

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE BACHAREL EM MUSEOLOGIA

JENNIFFER LEILA SIQUEIRA BORGES

**Economia criativa e Museologia:
Análise pela perspectiva dos
ecomuseus.**

FLORIANÓPOLIS

2022

JENNIFFER LEILA SIQUEIRA BORGES

**Economia criativa e Museologia:
Análise pela perspectiva dos
ecomuseus.**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Museologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Borges, Jenniffer Leila Siqueira
Economia Criativa e Museologia : Análise pela
perspectiva dos ecomuseus / Jenniffer Leila Siqueira
Borges ; orientadora, Thainá Castro Costa Figueiredo
Lopes, 2022.
77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Museologia. 3. Ecomuseu. 4.
Desenvolvimento sustentável. 5. Economia Criativa. I.
Lopes, Thainá Castro Costa Figueiredo. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III.
Título.

Jennifer Leila Siqueira Borges

Economia criativa e Museologia: Análise pela perspectiva dos ecomuseus.

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharelem Museologia” e aprovado em sua forma final pelo Curso Museologia.

Florianópolis, SC, 01 de julho de 2022.

Prof^ª. Dr^ª. Thainá Castro Costa Figueiredo
Lopes Coordenadora do Curso e Orientadora
da Pesquisa

Banca Examinadora:

Prof^ª. Ms. Luciana Silveira Cardoso
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Dr^ª. Renata Cardozo Padilha
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado à minha amada mãe, minha musa inspiradora.

AGRADECIMENTOS

É com enorme carinho que registro aqui os meus agradecimentos a minha família, a minha mãe, meu pai (*in memoriam*) e meus irmãos, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando, mesmo distante (do outro lado do Brasil) sempre estiveram presentes na minha trajetória, vocês são a minha base sólida para enfrentar esse mundo.

Agradeço a assistência estudantil que durante todo percurso da graduação foi fundamental para minha permanência na universidade.

Agradeço o curso de Museologia da UFSC e meus professores pelo conhecimento repassado.

Agradeço também à minha orientadora, professora Thainá Castro, pela paciência e sensibilidade, que apesar dos meus momentos de procrastinação soube me guiar pelo melhor caminho e aliviar o desafio de se escrever uma monografia.

Agradeço as amigas que carrego desde a infância e as novas amigas que fiz e me ajudaram indiretamente nesta produção, pelos cafezinhos na cozinha da moradia estudantil que foram meus momentos de refúgio, respiro e de muitas risadas. E um agradecimento especial a Lurian, cuja colega de quarto se tornou uma irmã com quem compartilho de risos, ressacas e choros, muito obrigada pela sua amizade.

Agradeço ao meu parceiro Bruno, que me acolheu e me reconfortou nos momentos em que duvidei mim mesma, pelos cuidados, atenção, incentivo e insistência em me levantar da cadeira e de me alongar para que não sofresse de dores nas costas. Muito obrigada.

Agradeço a minha gatinha Ayla, que sempre esteve ao meu lado compartilhando calor felino.

E por fim, agradeço a mim, pela persistência e determinação.

RESUMO

A tese “Economia criativa e Museologia: Análise pela perspectiva dos ecomuseus”, é um Trabalho de Conclusão de Curso que trata do potencial da economia criativa pelas perspectivas dos ecomuseus, como uma ferramenta de fomento à geração de renda e desenvolvimento sociocultural, a partir das reflexões da Mesa Redonda de Santiago do Chile (ICOM, 1972). O objetivo é analisar o termo de economia criativa e identificar o papel dos ecomuseus como ferramenta de auxílio no desenvolvimento sustentável. Para isso, foram selecionados 5 ecomuseus (2 localizados em países europeus e 3 aqui no Brasil), sendo 4 deles desenvolvidos no capítulo Economia Criativa e Ecomuseus, onde apresenta a história dos ecomuseus, fonte de renda, proposições para o fomento da economia criativa e suas contribuições para a pesquisa do Ecomuseu da Amazônia. O capítulo Ecomuseu da Amazônia trata de uma análise mais aprofundada sobre este ecomuseu, escolhido para ser o objeto de estudo, sendo assim, elaborou-se um questionário que aborda o campo da pesquisa, preservação, comunicação e economia. Para captação dos dados e respostas do questionário, utilizou-se diversos tipos de fontes de pesquisa, como artigos, TCCs, revistas, matéria jornalística, *YouTube*, *Podcast* e *sites*. Em seguida, depois da coleta de informações, montou-se uma análise SWOT, ou FOFA, que mostra os pontos fortes, pontos fracos, oportunidade e ameaças do Ecomuseu da Amazônia, e por fim, uma análise crítica acerca disso. Nas considerações finais apresenta-se as reflexões, as frustrações encontradas no decorrer do caminho e os apontamentos de perspectivas para esta pesquisa.

Palavras-chave: Museologia. Ecomuseus. Economia Criativa. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT:

The thesis “Creative Economy and Museology: Analysis from the perspective of ecomuseums”, is a Final Course Work that deals with the potential of the creative economy from the perspective of ecomuseums, as a tool to promote income generation and socio-cultural development, from the reflections of the Round Table in Santiago de Chile (ICOM, 1972). The objective is to analyze the term creative economy and identify the role of ecomuseums as a tool to aid in sustainable development. For this, 5 ecomuseums were selected (2 located in European countries and 3 here in Brazil), 4 of which were developed in the Creative Economy and Ecomuseums chapter, where it presents the history of ecomuseums, source of income, propositions for the promotion of the creative economy and their contributions to the research of the Amazon Ecomuseum. The chapter Ecomuseum of the Amazon deals with a more in- depth analysis of this ecomuseum, chosen to be the object of study, thus, a questionnaire was elaborated that addresses the field of research, preservation, communication, and economics. To capture the data and answers to the questionnaire, several types of research sources were used, such as articles, TCCs, magazines, journalistic material, YouTube, Podcast, and websites. Then, after collecting information, a SWOT analysis, or FOFA, was set up, which shows the strengths, weaknesses, opportunities, and threats of the Amazon Ecomuseum, and finally, a critical analysis about it. In the final considerations, the reflections, the frustrations encountered along the way are presented and the perspectives for this research are presented.

Keywords: Museology. Ecomuseum. Creative Economy. Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ver-o-Peso/IPHAN/Foto: Geraldo Ramos...	31
Figura 2 - Viseni Wajãpi, IPHAN, 2000...	32
Figura 3 - <i>Ecomusée du Creusot Montceau-Les-Mines</i>	40
Figura 4 - Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS).	42
Figura 5 - Ecomuseu Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz (RJ)	44
Figura 6 - Mapa do Ecomuseu do Cerrado (DF).	45
Figura 7 - <i>Printscreen</i> Ecomuseu do Cerrado (DF)	47
Figura 8 - Fundação Escola Bosque (Entrada).	50
Figura 9 - <i>Printscreen</i> Biomapa	55
Figura 10 - <i>Printscreen</i> Produção de panelas de barro...	56
Figura 11 - <i>Printscreen</i> Grupo de dança do Portal da Melhor Idade	57
Figura 12 - Espaço expositivo...	58
Figura 13 - <i>Printscreen</i> Produção de utensílios de barro...	59
Figura 14 - <i>Printscreen</i> Produção de cestaria. Artesã: Antonia Maria Mesquita	60
Figura 15 - Análise FOFA...	61
Figura 16 - <i>Printscreen Site Tripadvisor</i>	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a. C. - Antes de Cristo

APRAPAF - Associação de Produtores Rurais do Assentamento Paulo Fonteles

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

COVID-19 - Doença do coronavírus – 2019

CSSL - Contribuição Social Sobre o Lucro

DF - Distrito Federal

EMS - Ecomuseu Municipal do Seixal

FICART - Fundo de Investimento Cultural e Artístico

FNC - Fundo Nacional de Cultura

FUNBOSQUE - Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira

GTPI - Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial

ICOFOM-LAM - Subcomitê Regional de Museologia para América Latina e Caribe

ICOM - Conselho Internacional de Museus

ICMS - Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

IR - Imposto de Renda

Km² - Quilômetro quadrado

NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisas Históricas

PA – Pará

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

RJ - Rio de Janeiro

SEMEC - Secretaria Municipal de

Educação S/N - Sem Número

s/p - Sem Página

SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* ou, em português, FOFA Força, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças

TBC - Turismo de Base Comunitária

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UCs - Unidades de Conservação

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFPA - Universidade Federal do Pará

UnBTV - Canal de televisão da Universidade Federal de Brasília

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. “PINGO NOS Is”	18
2.1 PATRIMÔNIOS	18
2.2 ECONOMIA	22
2.2.1 Cultura da Economia	24
2.2.2 Economia da Cultura	26
2.2.3 Economia Criativa	30
2.3 MUSEOLOGIA	32
3. ECOMUSEUS E ECONOMIA CRIATIVA	38
3.1 ECOMUSEU DO <i>CREUSOT MONTCEAU-LES-MINES</i> , FRANÇA	38
3.2 ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL, PORTUGAL	41
3.3 ECOMUSEU DE SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO (RJ)	42
3.4 ECOMUSEU DO CERRADO LAÍS ADERNE, DISTRITO FEDERAL (DF)	45
3.5 ANÁLISE PARA OS 4 ECOMUSEUS	48
4. ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, PARÁ (PA)	50
4.1 APRESENTAÇÃO	50
4.2 RESPOSTAS	53
4.2.1 Pesquisa	54
4.2.2 Preservação	56
4.2.3 Comunicação	57
4.2.4 Economia	59
4.3 ANÁLISE	61
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	67
OUTRAS REFERÊNCIAS	74
ANEXO 1	76

1. INTRODUÇÃO

A abordagem inicia-se com os museus, mais especificamente, os ecomuseus, e a sua atuação no Brasil a partir dos desdobramentos da mesa redonda de Santiago do Chile, de 1972, organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). O motivo do recorte temporal é devido os objetivos descritos em tal carta - dos quais serão discutidos alguns pontos mais adiante -, este trabalho realiza análise das premissas da economia criativa, compreender seu funcionamento na sociedade, bem como a museologia pode atuar neste segmento.

Na tese, organiza-se ideias e entrelaça os dois setores que causam estranhamento aos ouvidos, são eles: a museologia e a economia, tramados pelas ações que propiciam o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Os pontos abordados na mesa redonda, de 1972, que fazem jus a temática da pesquisa, são apresentados e seguidos por considerações acerca de cada um:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (ICOM, 1972).

Neste ponto, o museu é dito como uma instituição a serviço da comunidade, sendo uma peça para formação da consciência social, contribuindo, assim, para o engajamento da mesma por meio de atrelamento dos problemas atuais ao contexto histórico e provocações de transformações no cerne de suas realidades.

Que é necessário abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional, a fim de conscientizá-lo do desenvolvimento antropológico, socioeconômico e tecnológico das nações da América Latina, através da participação de consultores para a orientação geral dos museus (Idem);

A atuação dos espaços museológicos para além de suas atividades rotineiras, com o intuito de obter “desenvolvimento antropológico, socioeconômico e tecnológico” da comunidade.

Que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar que ele seja dispersado fora dos países latino-americanos (Idem);

Esforços para recuperação de patrimônios culturais, a fim de servir como um papel social e permanecer preservado no seu meio.

Que, especialmente nos países latino-americanos, eles devem responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos (Idem).

Assumir funções dissipadoras de conhecimentos de patrimônio natural e cultural, com o propósito de ajudar o desenvolvimento da comunidade a atingir prosperidade.

A fundamentação do campo museológico é um dos pilares deste trabalho e, posteriormente, relaciona-se com a economia criativa a partir da perspectiva dos ecomuseus, cujos espaço foram escolhidos por possuírem a missão de mostrar sua cultura de forma imersiva e paralelamente a isso a geração de renda, possibilitando análise do uso criativo do patrimônio e do desenvolvimento sustentável.

Mas antes de chegar no desenvolvimento sustentável, é preciso fazer algumas indagações, tais como: O que é “economia criativa”? Como funciona a atuação dos museus neste segmento? Como relacionar isso à Museologia? Quais os amparos legislativos e éticos do campo museológico para o uso comercial de produtos derivados da cultura? Quais os exemplos de ecomuseus que utilizam as tradições e culturas dos saberes para fomentar a economia criativa e gerar desenvolvimento sustentável?

Respondendo a primeira pergunta, o termo “economia criativa” foi definida pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), como algo recente e em desenvolvimento, ou seja, sem conceito consolidado, e surgiu com a meta de, segundo UNCTAD:

[...] Focar a atenção no papel da criatividade enquanto uma força na vida econômica contemporânea, materializando a proposta de que o desenvolvimento econômico e cultural não caracteriza um fenômeno separado ou não relacionado, mas fazem parte de um processo maior de desenvolvimento sustentável no qual tanto o crescimento econômico quanto o cultural podem ocorrer simultaneamente [...] (2010; p.10).

O Relatório de Economia Criativa, de 2010, reitera a citação do escritor John Howkins, pioneiro no estudo sobre o termo “Economia Criativa”, o livro *Economia*

Criativa: Como ganhar dinheiro com ideias criativas (2001), afirma: “a criatividade não é uma coisa nova e nem a economia o é, mas o que é nova é a natureza e a extensão da relação entre elas e a forma como combinam para criar extraordinário valor e riqueza” (2010; p.9), ou seja, para a economia criativa, o principal motor é a criatividade humana, por exemplo, setores como moda, teatro, gastronomia, cultura, necessitam de pessoas para que funcionem.

Segundo a economista Ana Carla Fonseca Reis, a economia criativa destacou-se durante a gestão de Gilberto Gil como ministro da Cultura do Brasil (2003 - 2008), pois: “Ao se tornar uma das bandeiras da gestão do Ministro Gilberto Gil, culminando com a criação do Departamento da Economia da Cultura do BNDES” e que posteriormente, em 2018, veio a tornar-se dois departamentos para readequação organizacional, ampliando, assim, seus recursos.

Reis (2007), afirma ainda que, em um desenvolvimento sustentável, “não cabe pensarmos apenas no econômico sem pensar o social” pois, o conceito de *desenvolvimento* é envolvido com o crescimento coletivo e diversificado, e carregado de ações e valores de uma comunidade. O desdobramento entre patrimônio imaterial e material, acontece em espaços onde a expressão cultural torna-se fonte de renda, que, conseqüentemente, suprem mazelas.

Para o recorte específico da pesquisa, apresenta-se 5 ecomuseus, visto que será exposto uma análise breve de 4 ecomuseus, sendo 2 localizados no continente europeu, o primeiro na França, na região de Borgonha, e o segundo em Portugal, na região metropolitana Seixal, e 2 localizados aqui no Brasil, um no Rio de Janeiro (RJ) e o outro no Distrito Federal (DF). O 5º ecomuseu está localizado na região norte, e possui uma análise mais aprofundada através de um questionário que aborda os usos do patrimônio imaterial e material e sobre geração de renda.

A escolha de trabalhar com ecomuseus se deu pela possibilidade de analisar um espaço que já teria a missão de mostrar sua cultura de forma imersiva e paralelamente a isso, analisar o uso criativo do patrimônio e o seu desenvolvimento social, sustentável e econômico. E a escolha destes ecomuseus citados acima é devido à diversidade de ações no mapa geográfico, as ações que proporcionaram seu nascimento, e compreender a relação dos recursos de museus de territórios em benefício da comunidade, e principalmente como se é estabelecida a fonte de renda. Identificando, assim, as atuações transformadoras para a realização do desenvolvimento sustentável, a representatividade, a identidade e a autonomia de grupos.

Esta pesquisa possui o objetivo de analisar o termo economia criativa e o papel dos ecomuseus como ferramenta de auxílio no desenvolvimento sustentável da sociedade.

Especificamente, pretende-se analisar o conceito de *Economia Criativa*; utilizar parâmetros museológicos para identificar o papel dos espaços museais e atuação de profissionais da área acerca do segmento da economia criativa e no próprio desenvolvimento. E ainda, trazer o amparo legal para ações e uso do conhecimento tradicional que acarretam o desenvolvimento sustentável.

A metodologia se deu pela pesquisa das principais referências nos campos de atuação da museologia, pesquisa em fontes primárias e secundárias sobre as instituições, análises bibliográficas, produções audiovisuais, *podcast*, entrevistas, revistas, entre outras fontes. Para o Ecomuseu da Amazônia, foi elaborado um questionário com dúvidas sobre a contribuição da população para atuação do ecomuseu, análise dos projetos de produção cultural (artesanatos, gastronomia, entre outros) e o retorno socioambiental, turístico e econômico para a região, o arquivo foi enviado por *e-mail* em dezembro de 2021. É importante salientar que houve tentativa de visitar a instituição em janeiro de 2022, no entanto, devido a pandemia de COVID-19, o espaço museológico estava fechado e sem possibilidade de visitação. Apesar de conseguir contato com a administradora da instituição, não houve retorno do questionário, neste caso, a busca pelas respostas se deu por *YouTube*, *Podcast*, entrevistas e matérias jornalísticas, artigos e seminários, TCCs, entre outras fontes, em seguida, a análise foi realizada através do método SWOT/FOFA.

Os principais conceitos norteadores da pesquisa, são:

Museologia: Etimologicamente, a palavra “Museologia”, significa “o estudo do museu”, mas o sentido amplo da palavra Museologia aborda ações que perpassam o campo museológico.

Economia Criativa: O termo veio à luz em 1980, reconhecendo o potencial econômico dos produtos gerados pelas tradições e pelos serviços culturais, se diferenciando pela possibilidade de gerar direitos de propriedade intelectual.

Desenvolvimento Sustentável: Desenvolvimento sustentável é a capacidade de suprir as necessidades da comunidade local sem esgotar recursos para futuras gerações, contribuindo na geração de renda e de desenvolvimento social.

Segue-se para as principais autoras:

Cristiane Rubbi, Museóloga e Economista, pela Universidade Federal de Santa Catarina, é autora da monografia: “Economia criativa nos museus do mundo: uma visão socioeconômica” (RUBBI, 2015), referência base da presente pesquisa;

Denise Adriana Argenta, doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, é autora do texto: “Museus e economia criativa: apontamentos para perspectivas futuras” (ARGENTA, 2013).

Ana Carla Fonseca Reis, Administradora pública e Economista, referência em Economia Criativa; Cidade Criativa; Economia cultural e Desenvolvimento Sustentável, é autora de textos de referência para a pesquisa: “Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: O caleidoscópio da cultura” (REIS, 2006) e “Economia da Cultura ou Economia Criativa? Pondo os pingos nos is. Cultura e Mercado” (REIS, 2007).

A seguir, explica-se a estrutura do presente trabalho: No capítulo “Pingo nos Is”, uma referência ao texto de Ana Carla F. Reis (REIS, 2007), são apresentados os conceitos, contexto histórico e o entendimento dos termos: Patrimônio, Economia (diferenciando a cultura da economia, economia da cultura e economia criativa), e a Museologia. Posteriormente, no capítulo “Ecomuseus e Economia Criativa”, é apresentado 4 ecomuseus, sendo 2 ecomuseus europeus, pioneiros no experimento desta tipologia, e 2 ecomuseus no Brasil, além de seus desdobramentos na economia criativa e potencialidades neste setor. No capítulo “Ecomuseu da Amazônia”, é descrito mais profundamente o ecomuseu, discorrendo as ações na área de pesquisa, preservação, comunicação e economia, expondo movimentos socioambientais propostos pelos ecomuseus, o protagonismo dos habitantes em prol da conservação cultural e do ambiente natural, e práticas que favorecem a continuidade do uso de recursos e com respeito a fauna e flora.

2. “PINGO NOS IS”

2.1 PATRIMÔNIOS

Segundo o Dicionário Etimológico, a palavra patrimônio é originária do latim *Patrimonium*, o que significa herança, ou *heritage* em inglês. Explicar o que significa *patrimônio* é mais complexo, pois patrimônio em alguns casos é a materialização das práticas herdadas pelos ancestrais e que carrega um “valor excepcional” para a humanidade, como caso do patrimônio imóvel que tem como exemplo a arquitetura, ou de grande importância científica, como o caso do patrimônio natural. Para um melhor entendimento dos tipos de patrimônios, neste capítulo aborda-se sobre os conceitos de patrimônios, passando pelo registro como forma de proteção, e sua evolução conceitual na sociedade brasileira.

A discussão sobre a importância dos patrimônios teve ápice em meado de 1970, em virtude do *Universalismo Global* e a preocupação da UNESCO em relação o aumento de consumo de bens culturais através de fonográficos, cinematográficos e editoriais, tal crescimento do mercado cultural gerou a “sensação generalizada de que o mundo estaria passando por um processo acelerado de homogeneização e padronização cultural (Vincennes, 2005;p.89 *apud* Alves, 2010; p.540)”, ou seja, o consumo da cultura de países *pólos de produção simbólica*, no caso os Estados Unidos da América e a União Europeia por países *pólos de consumo*, como a América Latina, África e Ásia (ALVES, 2010; p.540), gerando a venda e compra de bens culturais e simbólicos em parte do mundo, com a crença de que a modernização estava diretamente associada a ocidentalização, como afirma Armand Mattelart Vincennes (2006):

[...] Uma versão requintada dos programas etnocêntricos de assimilação cultural. É a falência da crença em um progresso linear e infinito, dos paliativos sucessivos oferecidos aos povos: a única saída para o dito subdesenvolvimento é percorrer, uma a uma, as etapas pelas quais atravessaram os grandes países ditos desenvolvidos. De acordo com essa crença, a inovação social deve se dirigir do centro para as periferias. Não há lugar, pois, para as culturas locais das quais se contesta sua capacidade de invenção. (VINCENNES, 2006; p.13)

Dito isso, a crença que os países subdesenvolvidos precisam adotar culturas ocidentais para alcançar a modernização acendeu a discussão sobre as identidades regionais e à diversidade cultural, segundo Elder Alves (2010), a luta foi em busca de políticas públicas de cultura para elaboração e defesa da identidade cultural, sendo preservado e promovido em estados nacionais e instituições transnacionais. Acerca dessa discussão, em 1999, houve a substituição do termo *Exceção Cultural* adotado pelos representantes dos

países da União Europeia pelo termo *Diversidade Cultural* com a justificativa de ser “mais afirmativo, conotando uma posição menos defensiva [...] (2010; p.541)”, o que resultou na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural em 2001 e, em 2005, a Convenção Sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

No Brasil, segundo o Decreto - Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937, o **Patrimônio Histórico e Artístico** era determinado como o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, e neste conceito **patrimônio material ou tangível** de 1937, após o golpe militar e a instauração da ditadura de Getúlio Vargas, segundo Oliven (2009), o processo de integração nacional e o aprofundamento da construção da “brasilidade” priorizou as obras arquitetônicas da elite. Apesar da proposta de Mário de Andrade, em 1936, de incluir “os falares, os cantos, as lendas, as magias, a medicina e a culinária indígenas [...] (2009; p.81)”, no entanto foi priorizado o patrimônio edificado, com o consequente tombamento de igrejas barrocas, casas - grandes e outros patrimônios de pedra e cal. No texto de Maria Cecília Londres Fonseca, *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural* (2009), o patrimônio material e imóvel “[...] está centrada em seus aspectos arquitetônicos, integrando marginalmente dados históricos e análises de sua relação com a cidade e a paisagem.” (2009; p.62), e como exemplo, a autora apresenta 2 patrimônios materiais: a praça XV, no Rio de Janeiro, e o Mercado Ver-o-Peso, em Belém (PA), onde as relações humanas e simbólicas não foram contempladas, priorizando o fator arquitetônico.

O congelamento da ideia de patrimônio como algo velho e edificado se manteve por mais de 50 anos, e em 1988 foi implantada a lei de caracterização e proteção do **patrimônio imaterial ou intangível**, durante o mandato do então presidente José Sarney, na Constituição Federal, de 1988, no Artigo 216, ampliou a noção de patrimônio cultural onde se caracteriza as expressões da cultura popular e os bens de natureza imaterial ou intangível.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

O que se vê em relação ao Decreto-Lei nº25, de 1937 e ao Art. 216, de 1988, é a ampliação das características de patrimônios, como: as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. E a inclusão de novas categorias no patrimônio cultural brasileiro, como os bens de natureza imaterial, como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas. E pensando em categorização dos registros de bens imateriais, em 2000, foi instituído o Decreto nº 3.551, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e estabelece os *Livros* de registro de bens culturais imateriais que formam o patrimônio cultural brasileiro, como:

- Art. 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.
- § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:
 - I - Livro de Registro de Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
 - II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
 - III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
 - IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000)

Desde 1937, o processo de identificação, registro e preservação de bens culturais materiais e imateriais (a partir de 1988), foi sendo desenvolvido e amadurecido, como o caso do registro dos sítios arqueológicos que foram considerados patrimônios da União, em 1961, pela Lei nº 3924, e os Livros de Registros de bens imateriais criado em 2000, uma ampliação da noção de patrimônio. A respeito disso, para que houvesse a ampliação de patrimônios, demandou-se de instrumentos adequados de reconhecimento e registro de bens, segundo a Carta de Fortaleza, de 1997, recomendou-se o aprofundamento da discussão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial e o desenvolvimento de estudos para a regulamentação do registro, sendo o principal modo de preservação desses bens (FREIRE, 2005). Segundo Beatriz Freire, a partir do evento em Fortaleza, em 1997, foi montado um Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), que realizou uma ampla pesquisa sobre a experiência brasileira no trato da matéria, que contou com as

recomendações, experiências e legislações internacionais que dispõem sobre o assunto. A partir dos resultados do GTPI, foi possível identificar as formas de apoio e valorização mais recomendadas e os principais problemas que ocorrem nessa área de atuação (ALVES, A. C. L., 2002 *apud* FREIRE, 2005; p.15).

Em relação ao amadurecimento do método de registro dos bens culturais imateriais no Livro de Registro, cuja ação de registrar, seja nomes, títulos, ou entre outros, é servir de probatório de autenticidade, para promoção de proteção de patrimônios culturais materiais e imateriais (TELLES, 2007; p.48) e para que ocorra o ato de registrar, foi desenvolvido pelo IPHAN uma metodologia específica: Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), criado 2000, onde prevê os seguintes procedimentos: 1º levantamento preliminar; 2º identificação e 3º documentação. Após a realização do inventário, o Registro pode ser solicitado pelo Ministério da Cultura e suas vinculadas, por Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, pelas sociedades civis e associações civis.

A respeito do **Patrimônio Natural**, o que classificava um patrimônio como tal era o seu “valor excepcional”, seja pelo ponto de vista estético ou científico, ou pelo seu valor simbólico na sociedade, como os saberes passados de geração para geração. No caso do patrimônio natural, que se refere aos ecossistemas, biomas, paisagens, conjunto de plantas e de animais, o que o transformou em patrimônio foram suas belas paisagens naturais, como pode-se ver no Decreto - Lei N° 25, de 1937:

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

No entanto, posteriormente, como afirma Silvia Helena, a valorização do patrimônio natural não está mais ligada a fatores estéticos, mas a importância ecológica, ao meio ambiente e as implicações da biodiversidade na multiculturalidade (ZANIRATO, 2010; p.128). No que envolve a legislação, a primeira Lei que trata da proteção à fauna é datada no ano de 1967, a Lei 5.197/67, e após 21 anos foi sancionada a Lei Federal pela Constituição Federal de 1988, no artigo 225:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua



utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (BRASIL, 1988)

A identificação do patrimônio natural ou patrimônio genético ficam mais bem elaborados na Constituição Federal, de 1988, como se vê nas citações anteriores. E as alternativas para conservação do patrimônio natural são as Unidades de Conservação (UCs).

Acerca da legislação do patrimônio no Brasil, a modernização foi a passos largos, o que acarretou a noção popular do que é patrimônio de ser edifícios com belas arquiteturas e paisagens naturais exuberantes, fortaleceu a desvalorização dos saberes populares e o patrimônio natural/genético.

2.2 ECONOMIA

O termo economia vem do grego *oikonomía*, (*oikos* casa e *nomos* costume, lei) e se traduz para “administração de uma casa; organização etc”. Segundo Silvio Antonio Ferraz Cario¹ afirma que,

Economia se dedica ao estudo de como o indivíduo e a sociedade decidem como irão empregar os recursos produtivos escassos visando a obtenção de bens e serviços, com a finalidade de distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, satisfazendo, deste modo, suas necessidades humanas (CARIO, 2008).

E foi esse estudo do indivíduo e a sociedade que a economia, ou o pensamento econômico, surgiu na Grécia Antiga por meio de relatos da situação do comércio e da riqueza da época registrado pelos filósofos Platão e Aristóteles, e ganhou força durante a Idade Moderna com o mercantilismo. A economia mundial nasceu em 1776, segundo registros, logo após a publicação da famosa obra *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, ou popularmente chamada de *A Riqueza das Nações* publicada no mesmo ano pelo filósofo e economista escocês Adam Smith, o pai da economia moderna.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1975), mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979) e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991), é doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:

<<https://www.escavador.com/sobre/1258731/silvio-antonio-ferraz-cario>> Acesso em 25/02/2022.

Para se compreender melhor o conceito de economia, é preciso ter em mente qual/quais os campos de estudo das Ciências Econômicas, e de forma didática aborda-se os fundamentos da economia, segundo David²; Araújo³; e Silva⁴ (UFMT, 2013), para conhecer o papel da economia é primordial saber que o ser humano possui necessidades particulares e biológica, como: alimentar-se e de respirar, e também de necessidade coletivas, que por estar inserido na sociedades e envolver-se com outras pessoas, necessita de: Educação, saúde, locomoção, entre outras (Idem), e para suprir tudo isso é necessário consumir produtos e serviços, sendo caracterizados pelos autores David; Araújo; e Silva da seguinte forma:

- Trabalho: este item está relacionado com o ser humano. Dentro do processo de produção o homem contribui de forma significativa de duas maneiras: através da atividade física ou intelectual, também conhecida como Mão de Obra;
- Capital: para facilitar o trabalho humano foi necessária a produção de ferramentas, equipamentos de segurança, máquinas, tecnologia de informação, que aumentam a eficiência do trabalho e atendem maior demanda de produtos e serviços;
- Recursos naturais: é o conjunto de recursos extraídos da natureza, que servem para a produção de bens e serviços, também conhecida como matéria-prima. Exemplo, a terra (utilizada na agricultura), a água (utilizada na irrigação e geração de energia).
- Bens – é o resultado da produção econômica, mercadorias que atendem as necessidades humanas de forma direta ou indireta, por exemplo, alimentos, eletrodomésticos, roupas etc.
- Serviços – são atividades realizadas por indivíduos e empresa, para satisfazer as necessidades humanas, mas não é tangível, por exemplo, consulta médica, serviço de manutenção, limpeza, telefonia etc. (Idem).

A partir disso, entende-se que a economia é o conjunto de produção e serviços em prol das necessidades humanas, sendo produções de consumo rápido ou de consumo duradouro na sociedade, como as estradas, edifícios, artes, entre outros. Dentro do conceito

² Cláudio Gomes David é graduado na área de Administração e Turismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), possui formação em Gestão de Polo de Apoio Presencial em EaD, pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e é pós-graduado em Formação de Professores e Educação, Graduado na área de Administração e Turismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/4759512/claudio-gomes-david>> Acesso em 25/05/2022.

³ Marcos Henrique Ribeiro de Araújo é graduado em Administração de Empresas. Especialista em Gestão Empresarial. Especialista em Docência Universitária. MBA- Auditoria, Controladoria e Finanças, MBA em Marketing. Mestre em Administração de Empresas pela FEAD- MG. Professor Universitário na Graduação e na Pós- Graduação. Atualmente é coordenador do curso de Administração da Faculdade Noroeste. Disponível em: <http://200.129.0.130/bitstream/handle/123456789/1588/Fundamentos_de_Economia-10.01.14.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 25/05/2022.

⁴ Wellington Batista da Silva é Graduado no curso de Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pelo Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA e Especialista MBA em Recursos Humanos, Logística Empresarial. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/8889004/wellington-batista-da-silva>> Acesso em: 25/05/2022.

e objeto de estudo da Ciência Econômica, aborda-se também o *Sistema Econômico*, estendendo para a composição da organização dos processos de produção de bens e dos serviços, e é dividido nos seguintes setores:

Setor Primário: Refere-se a agricultura, pecuária, extrativismo, setor responsável pela produção de *matéria-prima*, por exemplo: pesca;

Setor Secundário: Refere-se a indústria, setor responsável pela produção de produtos e serviços, por exemplo: construção civil; e

Setor Terciário: Setor mais abrangente, refere-se ao comércio e serviços prestados, seja por empresa ou pessoas (trabalhadores formais ou informais), é caracterizado por seu produto intangível, por exemplo: educação, saúde, cultura, entre outros.

Após esse apanhado do que é a economia, seu surgimento e sua organização na sociedade, apresenta-se as características conceituais da **cultura da economia e economia da cultura**, e uma das vertentes da economia da cultura, o termo **economia criativa**. É abordado os conceitos no livro *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: o caleidoscópio da cultura* (REIS, 2006), da autora Ana Carla F. Reis, onde explica as diferenças entre ambas, e faz-se mais a frente um paralelo com a economia criativa e o potencial socioeconômico da museologia.

2.2.1 Cultura da Economia

Para se falar sobre a **cultura da economia** é preciso ter em mente que o termo tão presente na sociedade, a *cultura*, etimologicamente, significa o cultivo da terra, como a cultura de flores. A cultura na sociedade humana iniciou-se a partir da evolução dos primatas, com a visão que substituiu o ato de farejar, o uso das mãos e o bipedismo, seja para ter maior visibilidade, parecer maior, para o uso de armas ou a facilidade em carregar alimentos ou filhotes; pressões ambientais ocasionaram o desenvolvimento do cérebro, e a cultura como se conhece hoje seria o resultado complexo da consequência da evolução (1986; p.54). Segundo Roque⁵ (1986), o termo já era utilizado no século XVIII, o termo germânico *Kultur* era usado “[...] para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma

⁵ Roque de Barros Laraia, bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1959) e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1972). Atualmente é professor emérito da Universidade de Brasília, membro do Conselho Nacional de Imigração e do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1043620/roque-de-barros-laraia>> Acesso em: 25/05/2022.

comunidade [...]” (1986; p.25), no entanto, a primeira definição de cultura e que, com ressalvas, é usada até hoje foi definida por Edward Tylor⁶ (1832 - 1917), em 1871:

Tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR, 1871; 1 apud DE BARROS, 1896;p.25).

Zygmunt Bauman expõe conceitos de “cultura” e interesses cognitivos por trás da conceitualização do termo. Na obra *Ensaio sobre o conceito de cultura* (2012), Bauman aponta 3 conceitos de cultura coexistentes: A cultura como conceito hierárquico, a cultura como conceito diferencial, e o conceito genérico de cultura. A cultura na perspectiva baumaniana, no *conceito hierárquico*, o termo *cultura* está diretamente ligado ao “ideal humanista”, sendo as instituições educacionais a principal ferramenta para tornar uma “pessoa culta” (2012; p.90), e consequentemente classificando-as como “requintada/culta” e “grosseira/inculta”. No segundo conceito: *a cultura como conceito diferencial*, o termo é utilizado para explicar as diferenças entre grupos ou pessoas cujas culturas são distintas, este conceito idealiza a cultura como responsável pelo futuro e oportunidades de economia de determinados grupos, sendo este conceito a imagem do mundo moderno (idem; 130). E no terceiro e último conceito, *conceito genérico de cultura*, seria o conceito genérico formulado sobre a relação humano-mundo natural, “[...] o conceito genérico tem a ver com os atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo mais [...]” (idem; 131), ou seja, a separação do que é humano e seres não humanos. Ou seja, a cultura com uma característica humana, com normas e costumes.

A respeito do que é a cultura e seus desdobramentos não será completamente preenchido nesta tese, até porque as produções literárias sobre o assunto são excessivas e não caberiam em apenas um capítulo. Acerca da terminologia da “cultura da economia”, a autora Ana Carla Fonseca Reis (2006) diz que:

A cultura da economia estuda essencialmente a influência dos valores, crenças e hábitos culturais de uma sociedade em suas relações econômicas. Vista sob esse ângulo, a cultura é tida como fator de propulsão ou de resistência ao desenvolvimento econômico (REIS, 2006; p.20).

Ou seja, a economia local está diretamente ligada ao comportamento cultural dos nativos, e como a autora coloca, afirmações acerca da cultura, como uma sociedade ser

⁶ Edward Burnett Tylor foi um antropólogo inglês.

“talhada” ou moldada para o progresso econômico, enquanto outra é “tradicional demais” para aderir a mudanças e inovações no âmbito econômico. Reis acrescenta dois pontos para se entender o comportamento econômico:

1. Valor ou traço cultural tido como favorável ao desenvolvimento econômico pode ser-lhe prejudicial em outro contexto;
2. Multiplicidade de culturas não deve ser alvo de uma cruzada que defende a eliminação de determinados traços culturais para abrir espaço a um suposto desenvolvimento econômico. (REIS, 2006)

Nos pontos, a cultura é norteadora em determinar o sucesso ou não de um sistema econômico e que, sendo a cultura a essência de uma sociedade não deve ser alterada por imposições.

2.2.2 Economia da Cultura

A economia da cultura, ou economia cultural, é a lógica econômica que empresta seus instrumentos metodológicos para “reforçar a coerência e a consecução dos objetivos traçados pela política pública” (REIS, 2006; p.23), segundo Ana Flávia Machado⁷, nos anos 1960, as Ciências Econômicas tratava da “história econômica, história do pensamento econômico, economia política e de modelos teóricos e suas aplicações em contextos de estatísticas macroeconômicas” (MACHADO, 2016; p.53), e somente a partir dessa década que houve a expansão do campo de estudo. Organizada nas seguintes ramificações: Economia do Trabalho, Economia Regional, Economia da Educação, e a partir da década de 1970 acrescenta-se a: Economia da Saúde e Economia da Cultura.

O termo *Economia da Cultura* nasceu em 1965, após o convite da Fundação Ford para os economistas Baumol e Bowen sobre a economia em setores de teatro, orquestra e entre outros espetáculos, e se frutificou em 1975, após publicação no *Journal of Cultural Economics*, e “[...] se dedica aos produtos e serviços que têm, ao mesmo tempo, potencial econômico e valor simbólico (mensagem, identidade, valores)” (REIS, 2007; s/p), neste panorama, se adequa o artesanato, patrimônio material, moda, entre outros serviços que estão relacionados a manifestações culturais, e que se aliam a economia no caminho para

⁷ Graduada em Ciências Econômicas (1985), mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993) e doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). É pesquisadora em Economia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: economia criativa, cidades criativas, consumo cultural, mercado de trabalho de artistas e economia de museus. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/9802687/ana-flavia-machado>> Acesso em: 25/05/2022.

o mercado nacional e internacional. Logo, entende-se que a economia cultural é o capital girando em torno da produção cultural.

Mariana Gonçalves Madeira⁸, autora do texto “Economia Criativa: Implicações e desafios para política externa do Brasil”, de 2014, traz um exemplo da economia cultural na transição do século XIX para XX:

O desenvolvimento da imprensa, do cinema, da propaganda e do design de produtos transformou estilos de vida e criou novos padrões de consumo para as classes médias, o que ficou conhecido como o fenômeno de cultura de massas, e cujo marco foi a ascensão de Hollywood como o principal centro mundial de produção de filmes em bases industriais. A partir do período Pós-Segunda Guerra Mundial, toma vulto a aproximação entre as esferas cultural e econômica das sociedades mais avançadas (MADEIRA, 2014; p.41).

Como exemplo do que Madeira afirma, o cinema norte-americano, em especial, a *Disney*, que hoje possui direitos autorais dos estúdios da Marvel, Pixar, e entre outros, produzem filmes de cultura de massa, ou seja, o consumo do conteúdo é aderido por grande parte da população mundial, ora seja representado pelos recordes de bilheteria, ora seja por compras de produtos relacionados aos filmes. E como consequência do potencial do alcance de público, a persuasão na forma de consumo influencia na construção ou busca de identidade pelo público juvenil, o consumo aqui retratado não está vinculado à alienação social, mas sim à construção da individualidade, tanto no sentido de ser social como ser cultural.

Tal exemplo demonstra o latente poder da economia cultural das nações desenvolvidas, sendo a economia cultural um forte aliado em questões políticas, pois a influência dos hábitos socioculturais dos demais países dominantes acarreta mudança de consumo das populações de países periféricos, o que, conseqüentemente, gera aumento de exportações e lucro para países politicamente e economicamente dominantes. É necessário citar também, tais mudanças socioculturais levam a pressões de produções de microempreendedores locais, principalmente na área cultural, pois alterações ou manipulação nos hábitos de consumo levam à procura de bens, o que em alguns casos, não se encontram no mesmo país.

⁸ Bacharel em Relações Internacionais e Comunicação Social, e Mestre em História. Em 2017 tornou-se Ministra de Segunda Classe. E atualmente é Diretora-adjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em: <<https://www.gov.br/abc/pt-br/composicao/direcao/ministra-mariana-goncalves-madeira>> Acesso em: 25/05/2022.

A economia cultural é uma ramificação da área das Ciências Econômicas, que estuda e analisa as relações econômicas com as manifestações culturais, uma das ações que geram produtos tangíveis e intangíveis é o financiamento, podendo ser através de três finalidades, por meio do Estado, da iniciativa privada ou por receita própria, ou seja, o dinheiro levantado pela própria entidade/indivíduo. Há duas formas de financiamento cultural: o patrocínio e o mecenato, são dois conceitos diferentes, apesar de possuírem uma mesma finalidade: Transferência financeira. No texto de Mendes de Almeida⁹, *Fundamentos do Marketing Cultural* (1992, *apud* REIS; SANTOS, 1996; p.19), a respeito do termo mecenato, a prática se caracteriza pela maior discrição possível, e existem dois tipos, o antigo que se limitava a financiar arte, e o mecenato moderno (ou contemporâneo) cuja aplicação é no campo tecnológico, social, artístico etc; São pontuados três períodos históricos do mecenato:

1. O primeiro período foi na Roma, no Império de Caiu Augusto (27 a. C. a 10 d.C.), de onde surgiu a palavra “mecenaz”, que vem do político romano *Gaius Maecenas*, um articulador do Estado com o meio artístico.

2. O segundo período seria no Renascimento (século XV ao XVII), onde a nobreza e o clero incentivaram a produção de arte como símbolo de seu poder.

3. O mecenato moderno surge no terceiro período, no século XX, nos Estados Unidos da América, com a emigração do capital inglês, famílias fizeram fortuna com novas indústrias, como: Whitney, Rockefeller e Ford, e com isso, segundo Almeida “esse mecenato moderno (ou contemporâneo) se define [...] por não ter características eminentemente mercadológicas e pelo necessário e permanente usufruto dos privilégios fiscais (Idem).

Em relação ao patrocínio, a prática é caracterizada pelo seu aspecto sistemático, sempre buscando um resultado e uma motivação comercial. O patrocínio (do latim *patrociniu*) surgiu no século XIX, segundo Reis e Santos (1996), quando uma empresa

⁹ Candido Antonio José Francisco Mendes de Almeida (1928-2022) foi Bacharel em Direito e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Doutor em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da então Universidade do Brasil (atual UFRJ). Foi reitor da Universidade Candido Mendes, Presidente da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Superior Privado no Rio de Janeiro Membro da Academia Brasileira de Letras (Cadeira 35), Secretário-Geral da Academia da Latinidade, Presidente do Fórum de Reitores do Rio de Janeiro, Presidente do Senior Board do Conselho Internacional de Ciências Sociais da UNESCO, Membro da Comissão de Alto Nível da Aliança das Civilizações, das Nações Unidas, Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Disponível em:

<<https://www.escavador.com/sobre/12133523/candido-antonio-jose-francisco-mendes-de-almeida>> Acesso em: 25/05/2022.

Spiers & Pond patrocinou um time inglês de *cricket* em um campeonato na Austrália. Possuem dois aspectos:

- Transferência gratuita, de caráter definitivo, para pessoa física ou jurídica de natureza cultural com ou sem fins lucrativos, de numerário para a realização de projetos culturais com finalidade promocional e institucional de publicidade.
- Cobertura de gastos ou utilização de bens móveis ou imóveis, do patrimônio do patrocinador, sem a transferência de domínio, para a realização de projetos culturais por pessoa física ou jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos (REIS; SANTOS, 1996; 19).

Ou seja, diferente do mecenato, o patrocínio se destaca pela sua motivação comercial e publicitária. Atualmente a prática de financiamento cultural é impulsionada pelas leis de incentivo à cultura, e a principal delas é a Lei de Incentivo à Cultura, N° 8.813 de 1991, ou popularmente conhecida como Lei Rouanet, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que é:

- I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;
- V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário do País. (BRASIL, 1991)

A Lei foi criada em 1991, durante o governo Collor, pelo diplomata, filósofo, antropólogo e então ministro da cultura Sérgio Paulo Rouanet, com o objetivo de fomentar o interesse pela cultura brasileira. Sendo a Lei de Incentivo à Cultura o mais antigo incentivo fiscal no Brasil, ele funciona da seguinte forma: o governo dispensa uma porcentagem do valor atribuído a um determinado imposto para que esse valor seja revertido em projetos sociais e/ou culturais. No âmbito federal, os tributos abatidos são os: Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL). Há também outras leis de âmbito estadual que oferecem incentivos fiscais a empresas, como abatimento fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e leis de âmbito municipal

que incentivam por meio de isenção de parte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A Lei também criava o Fundo Nacional de Cultura (FNC), que destina recursos para o setor cultural por meio de recursos reembolsáveis ou a fundo perdido; e Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e o Incentivo a Projetos Culturais, para apoiadores de projetos culturais na forma de doação ou patrocínio teriam benefícios fiscais na contribuição do Imposto de Renda. Em suma, as leis de incentivo cultural estão ligadas à circulação monetária, pois conseqüentemente, geram aumento de arrecadação dos serviços que estão diretamente ou indiretamente ligados.

2.2.3 Economia Criativa

A economia criativa é um dos segmentos da economia cultural, cronologicamente, consolidou-se na Austrália, com políticas públicas para fomento do ramo da Economia Criativa, segundo Rubbi (2015), o relatório “*Creative Nation: Commonwealth Cultural Policy*”, publicado em 1994, na Austrália, foi um marco histórico para o país, pois tornou-se o primeiro a implementar a criatividade na qualificação de projetos nacionais, realçando o potencial imaginativo para o desenvolvimento econômico da região.

Após a implementação de políticas públicas da Austrália, o Reino Unido também aderiu a prática da criatividade, desenvolvendo pesquisas sobre a temática, e como explica Rubbi (2015), tornando-se “legitimador da Economia Criativa”, com a experiência na área tornando-se uma referência internacional, com apresentação de estudos que retratam a importância do setor criativo para o crescimento econômico da nação, na execução dos projetos dos setores criativos se destacam a revitalização de polos industriais, como alguns centros urbanos: *Manchester e Liverpool*.

Oficialmente, o termo surgiu em 2001, após a publicação do livro *Economia Criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas* (2001), de John Howkins, que é considerado o pioneiro no estudo sobre a temática da economia criativa, e categorizou a economia criativa, em: arquitetura, artes e antiguidades, artes cênicas (Performing Arts), artesanato, cinema e vídeo, design, editoração e publicações, fotografia, gastronomia, moda, música, publicidade, rádio, softwares de lazer, e televisão. Segundo Reis (2007, s/p)

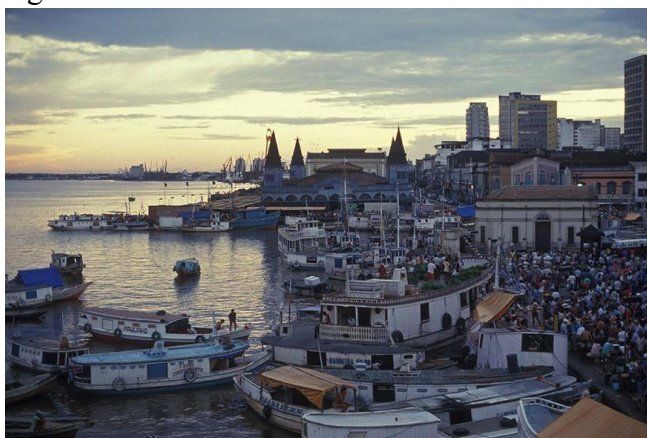
[..] O que esses setores têm em comum e, portanto, o que delimita o campo de estudos da economia criativa é a possibilidade de gerar direitos de propriedade intelectual, em especial direitos autorais (REIS, 2007; s/p).

Segundo Mariana Gonçalves Madeira (MADEIRA, 2014), a economia criativa é conceito recente, e surgiu ainda neste século devido às mudanças no sistema capitalista, ocasionando nesta nova etapa de mercado, acompanhado por novos conceitos e discussões. Por ser um conceito recente, a sua conceitualização perpassa pela construção, o relatório da UNCTAD¹⁰ reforça que a criatividade é a matéria-prima para desenvolvimento de produtos e geração de renda, e aliada a economia, e, assim como defende a economista e museóloga Cristiane Rubbi, para a Economia criativa é

[...] Cujo insumo principal baseia-se no conhecimento e no talento criativo que incorpora técnicas e novas tecnologias, agregando valor ao capital intelectual e cultural, perfazendo um conjunto de atividades econômicas, geradora de riquezas, sendo um poderoso instrumento para o desenvolvimento socioeconômico de um país (RUBBI, 2015; 15).

A economia criativa se destaca pelo potencial imaginativo, como citado por Rubbi (2015; p.15), a essência do produto não mais está no fator material, mas o que está inerente a ele, o valor intelectual, tradicional, cultural e identificação geográfica, como resultado de manifestação cultural de uma determinada região. Baseado nessas características de valor intelectual, cultural, identificação geográfica e o retorno econômico dos bens produzidos, como exemplo da criatividade atrelada a gastronomia e ao espaço físico, o Mercado Ver-o-Peso (figura 1), onde o espaço é o encontro de memórias, culinária, saberes e artesanato, uma imersão na singularidade da cultura paraense por meio de aromas e sabores presentes no comércio.

Figura 1 - Ver-o-Peso/IPHAN/Foto: Geraldo Ramos



Fonte disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/Diversas/PA_Belem/PA_Belem_Mercado_Ver_o_Peso_Luiz_Braga.jpg> Acesso em: Acesso em: 27 de set de 2020.

¹⁰ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Para complementar, outra exemplificação da economia criativa no Brasil é a arte indígena Wajãpi, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2002, em que oficializa a autenticidade na manifestação cultural imaterial do saber-fazer da arte *Kusiwa* (figura 2), reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, expressam por meio da pintura corporal e a arte gráfica suas conexões com a natureza e o universo.

Figura 2 - Viseni Wajãpi, IPHAN, 2000.



Fonte disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_PinturaCorporalArteGraficaWajapi_m.pdf>

Acesso em: 27 de set de 2020.

2.3 MUSEOLOGIA

O termo *Museologia* nasce após a criação do *museu*, do grego *mouseion*, ou “Templo das Musas”, segundo o *mito das origens* (POULOT, 2013; p.15), o museu surgiu na Grécia Antiga, “o termo ‘museu’ [...], remete a uma pequena colina, o lugar das Musas [...]”, o mito de Alexandria, citado por Dominique, diz que o Museu de Alexandria é a prova da relação imaginária que o museu/instituição tinha com a antiguidade, sendo um conceito de inspiração e o caráter de acúmulo de riquezas intelectuais (RODRIGUES, 2013). Mitologicamente, museu era onde as 9 musas, filhas de Zeus com a deusa Mnemosine (deusa da memória) habitavam (SUANO, 1986; p.10). Atualmente, o conceito de museu não está ligado necessariamente ao acúmulo de coleções de diversos espécimes, como os gabinetes de curiosidade, o que ficavam em casa e espaços particulares. Os museus

passaram a ter seu próprio espaço, em lugares de arquitetura grandiosa e que remetiam ao luxo, desta forma, os museus passaram a ser frequentados majoritariamente pela elite socioeconômica e intelectual.

O termo museu passou por diferentes modificações, e atualmente, segundo a Lei 11. 904/09, os museus configuram-se como:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (BRASIL, 2009).

Já no campo da ciência que estuda o fenômeno dos museus, pode-se dizer que a museologia possui algumas acepções, segundo o ICOM: a Museologia é tudo aquilo que toca ao museu e que remete ao termo *museal* (2014; p.61), uma acepção um tanto vaga, e na tentativa de agregar mais o que se compreende do que é a museologia, o livro *Conceitos-chave de museologia* (2014), elaborado pelo ICOM, apresenta outros significados de museologia:

Para George Henri Rivière (1981 *apud* ICOM, 2014; 61), Museologia é uma ciência aplicada, a ciência do museu. Estuda a história e seu papel na sociedade [...].

Para Stránký (1980 *apud* ICOM, 2014; 62) a museologia é uma disciplina científica independente, específica, cujo objeto de estudo é uma atitude específica do Homem sobre a realidade, expressão dos sistemas mnemônicos, que se concretiza por diferentes formatos museais ao longo da história. Contribuindo na compreensão do homem no seio da sociedade.

Para Bernard Deloche (2001 *apud* ICOM, 2014; 63-64), “a museologia é uma filosofia do museal, investida de duas funções: servir de metateoria à ciência documental intuitiva concreta, e como ética reguladora de toda instituição encarregada de gerar a função documental intuitiva concreta.” (ICOM, 2014; p. 61-64).

A museologia enfrentou mudanças nos cenários sociais e políticos nos anos de 1960, e que de forma gradual, influenciaram na ruptura da museologia tradicional para uma Nova Museologia, ou Museologia Social. Segundo a Maria Célia¹¹ (2002):

¹¹ Maria Célia Teixeira Moura Santos, Museóloga, mestre (1981) e doutorado (1995) em educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é pesquisadora da Universidade Federal da Bahia, membro da Associação Brasileira de Museologia, coordenação do Ministério da Cultura, conselheira da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, conselheira do Conselho Internacional de

Os anos 60 foram marcados pelo movimento artístico-cultural, que destaca o novo, com a participação da juventude [...]. O inconformismo com os esquemas comerciais e com as imposições dos meios de comunicação de massa, a crítica à sociedade de consumo, a recusa a modelos anteriores e a busca de maior liberdade temática ou de linguagem e, ainda, a intenção de provocar a desacomodação ou a desalienação, culminou com o maio francês [...]. Talvez possamos apontar “O Maio Francês” como um vetor no sentido de lançar as bases necessárias para se repensar o museu e a sua relação com a sociedade, de maneira mais efetiva, por meio de ações concretas (2002; 95).

Esses eventos que ocorreram nos anos 60 e 70 provocaram mudanças na forma como os museus lidam com a pedagogia e com seus públicos. Em eventos realizados pela UNESCO (1958), sobre o papel dos museus com meio educativo, e pelo ICOM (1971), sobre o propósito de discutir o tema: O Museu a Serviço do Homem, Atualidade e Futuro- o Papel Educativo e Cultural, se vê pautas mais preocupadas com o educativo e com a relação com o seu público. A partir do evento de 1958, os serviços dos museus passaram a ser avaliados, e houve mais demandas de visitas escolares nestes espaços. Outro ponto citado por Maria Célia (2002; p.99) são as visitas guiadas, já nesta época tinham a preocupação em ser visitas que pudessem agregar aprendizado também.

Aos poucos as bases para uma nova museologia foram se formando e em 1972, na Mesa-redonda de Santiago do Chile elas foram lançadas, o encontro “delineou as bases conceituais e filosóficas” (2002; p.101) do *Movimento da Nova Museologia*, que mais tarde criou o Movimento Internacional para a Nova Museologia - MINOM, organização associada ao ICOM. Como diz Maria Célia, o evento de 1972 apresentou as “diretrizes no sentido tornar os museus mais próximos dos novos anseios da sociedade, colocando em evidência a prioridade da ação museal no campo da intervenção social, abrindo, também, espaço para se repensar a museologia” (2022; p.100-101).

Segundo o IBRAM, a museologia social se caracterizou por:

[...] tem como seu cerne a defesa de que o museu seja apropriado como uma ferramenta de uso comunitário e participativo, para que as pessoas pesquisem, compreendam, salvaguem e divulguem suas próprias histórias nos seus próprios termos. O coração da proposta é que sejam tomadas coletivamente as decisões sobre que memórias são relevantes para serem preservadas, bem como os seus respectivos suportes, de forma que cada comunidade possa controlar a narrativa sobre si mesma, fortalecendo sua identidade ao estabelecer as conexões

críticas entre o passado, o presente e os futuros desejados (IBRAM, Saber Museus, s/d; s/p).

No início dos anos de 1980, era possível se observar a existência de um maior número de ecomuseus, museus comunitários, museus locais e museus ao ar livre. Hoje o museu é uma ferramenta de uso social, uma ferramenta de potência de transformação social, como descrito pelo ICOM (2014), o termo museu, a partir do “Conceito-chave da Museologia”, diz que:

O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais de Homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram sensivelmente ao longo dos séculos. Seu conteúdo diversificou-se, tanto quanto a sua missão, seu modo de funcionamento ou sua administração (ICOM, 2014; p.64).

Sendo assim, entende-se que o museu é caracterizado por um espaço físico, ou espaços museológicos, na qual cumpre a função de resguardar, pesquisar e transmitir o patrimônio material ou imaterial de importância para a comunidade local, nacional ou internacional, para fins de educação, pesquisa e contemplação.

As definições de “Museu integral”, “Museu comunitário” e “Ecomuseu”, surgem no evento de 1972, com o tema “A Museologia e o Museu Integral no cenário da América Latina e do Caribe”, que posteriormente sucedeu à Carta de Santiago do Chile. Devido a essas definições produzidas por grupos de pesquisa, Tereza Scheiner lembra que o campo museológico apresenta um “sistemático e consistente desenvolvimento como campo disciplinar” (2012; s/p), no texto *Repensando o museu integral: do conceito às práticas*, diz que a Museologia, a partir da produção teórica do ICOFOM-LAM¹², está vinculada com a ideia de Museu Integral, cuja definição:

Museu Integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais (SCHEINER, 2012; s/p).

¹² Subcomitê Regional de Museologia para América Latina e Caribe

Ou seja, um museu integrado pode ser qualquer museu, seja ele tradicional, virtual ou a céu aberto, o que determina um museu integral é a sua relação com grupos sociais, com o espaço e a memória, atuando de forma sincronizada com as pessoas ao redor.

Apesar da produção teórica dos termos “museu integral”, “museu de território”, “museu comunitário” e “ecomuseu” serem ocasionadas pela mesa redonda de 1972, Scheiner (2012) afirma que eles não são originários e nem exclusivos da Declaração de Santiago e tampouco da Nova Museologia. Afirma a defesa do ICOM e da UNESCO na ênfase da relação do “museu e a realidade político-social”, sendo o Museu Integral a “percepção integrada da relação entre os museus e as realidades sociais, econômicas e políticas dos museus latino-americanos” (Idem).

Tereza Cristina Scheiner (2012) faz um apanhado histórico dos museus que antecederam o *ecomuseu*, sendo ele o fruto dos “[...] museus a céu aberto, museus-*ateliers* e parques naturais musealizados”. Historicamente, Rivière criou o primeiro museu- laboratório, em 1937, na França, baseado nas teorias de Lévi-Strauss dedicada à relação do homem com a natureza, cujo termo *ecomuseu* ainda era inexistente. O termo *ecomuseu* foi criado com a participação de De Varine, Rivière e Serge Antoine (Conselheiro do Ministério do Meio Ambiente da França), após a formulação, meses depois é anunciada pela primeira vez pelo Ministro Pujade, da França, em um discurso para profissionais de museologia e museografia (Idem). Segundo a autora:

[...] o termo 'ecomuseu' foi uma ocorrência circunstancial e o próprio autor solicita que as experiências que assim se reconhecem sejam nomeados 'museus comunitários'. Mas é certo que o termo 'ecomuseu' passou a ser sinônimo de um tipo muito especial de museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral (entendido como patrimônio) e as comunidades que ali conviveram e/ou convivem (SCHEINER, 2012; s/p).

Pela definição de Rivière:

O ecomuseu é um instrumento de poder que uma população fabrica e exploram juntos. [...] Um espelho onde esta população se olha, para se reconhecer, onde ela procura a explicação do território onde vive, onde viveram as populações precedentes, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que esta população mostra aos visitantes, para ser melhor compreendida, no respeito do seu trabalho, dos seus comportamentos, da sua intimidade. (1985; s/p)

As terminologias para identificar a ação do Museu com a Natureza levam a um ponto em comum, a integração do espaço e os habitantes no processo contínuo da produção

de cultura local, apresentando os saber-fazer, as tradições, culinária, o cotidiano da comunidade, segundo os autores António Pedrosa¹³ e Tulio Barbosa¹⁴ (2013), o conceito de ecomuseu é enfatizado na valorização da população local, patrimônio natural e arquitetônico e nos valores culturais, sendo fundamental a participação dos moradores, principalmente no conhecimento do potencial socioeconômico e cultural da região.

Em relação ao conceito de *museu de território*, com a mudança do conceito de museus, o olhar museológico ampliou-se para lugares não tradicionais, como escolas, indústrias, casas, fazendas, espaços esses com potência de ser um espaço museológico. Como por exemplo, o Museu das Remoções, do Rio de Janeiro, cujo acervo são escombros, relações, afetos e memórias dos que resistiram à remoção, tornando-se o primeiro museu brasileiro espaço de resistência e denúncia contra os resultados da especulação imobiliária e a política de remoções promovida pela prefeitura (PIRES; CHAGAS, 2018; 19). O conceito de *museu de território* está associado a comunidade, segundo Alves Reis, o museu de território:

[...] Embora aberto a um público amplo, visa a comunidade na qual ele está instalado, a fim de que ela se reconheça nele, e, portanto, seja valorizada por si mesmo, contribuindo para a manutenção de sua identidade. Geralmente os objetos em um museu de território permanecem em seu contexto original, são inventariados, mas continuam fazendo parte da vida das pessoas, servindo a elas (REIS, 2019;p3).

Como se percebe, apesar das tipologias de museus comunitários serem variados, a principal função de todos é a relação social, é o estar e se fazer presente na comunidade, estabelecendo uma relação extramuros e que vai além das funções técnicas da museologia. Esses foram os conceitos apresentados sobre o patrimônio, a economia e a museologia que busca trazer uma dimensão maior do papel dos ecomuseus e da economia criativa, a fim de identificar o potencial desta categoria em relação a produção de conhecimento, tecnologias de origens periféricas¹⁵, o desenvolvimento de estratégias de

¹³ António de Sousa Pedrosa, é graduado em Geografia pela Faculdade de Letras, Universidade do Porto (1981), mestre em Geografia Física pela Faculdade de Letras, Universidade do Porto (1987) e doutor em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1993). Atualmente professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia, investigador do CEGOT (FCT) – Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/479494/antonio-de-sousa-pedrosa>> Acesso em: 25/05/2022.

¹⁴ Tulio Barbosa é Doutor em Geografia pela UNESP e Doutor em História pela UFU. Atualmente é professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia–UFU. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/5953219/tulio-barbosa>> Acesso em: 25/05/2022.

¹⁵ Zonas periféricas: zonas que não compõem o centro da política e economia mundial.

manobra do efeito da heterogeneização da globalização e de resistência à produção cultural de massa.

E trabalhar com algo tão único que é a cultura e seus desdobramentos materiais, faz-se necessário falar do filósofo Walter Benjamin, que discute a autenticidade de produções culturais, onde trata da “autenticidade” e a “perda de aura”, como afirma na sua obra *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1994), que diz “A autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo que foi transmitido pela tradição, a partir da sua origem, desde a sua duração material até seu testemunho histórico” (1994; 168). Sendo assim, a autenticidade do produto, como dito por Benjamin, é complementada pela sua origem e seu testemunho histórico. Ao mesmo tempo, acarreta o pensamento sobre as reproduções dos objetos onde depende da materialidade do produto, que quando feita através de reprodução, se perde o testemunho (BENJAMIN, 1994).

Pensar sobre a autenticidade dos bens materiais e seus desdobramentos econômicos é aprofundar-se sobre a propriedade intelectual de técnicas e conhecimento de determinada pessoa ou grupo, como exemplo do reconhecimento da citada arte *Kusiwa*, do Wajãpi, autêntica e reconhecida como detentora do conhecimento e técnica da manifestação cultural.

3. ECOMUSEUS E ECONOMIA CRIATIVA

Neste capítulo, serão apresentados alguns ecomuseus em países europeus e no Brasil, sendo 2 ecomuseus localizados na Europa: Ecomuseu do *Creusot Montceau-Les-Mines*, na França, pioneiro na experiência de museu a céu aberto, posteriormente o Ecomuseu Municipal do Seixal, em Portugal, que refletiu as experiências do país vizinho França, e 2 no Brasil, sendo o Ecomuseu de Santa Cruz, localizado no Rio de Janeiro, selecionado devido a sua caminhada como o mais antigo ecomuseu do Brasil, e a escolha do Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne, escolhido devido o envolvimento de Laís Aderne, a artista e professora que criou o ecomuseu do Cerrado e que foi cofundadora do Ecomuseu da Amazônia.

3.1 ECOMUSEU DO CREUSOT MONTCEAU-LES-MINES, FRANÇA

A princípio, a primeira abordagem será do ecomuseu francês, o *Écomusée Du Creusot Montceau-Les-Mines* (figura 3), devido o espaço ter sido um dos primeiros experimentos de ecomuseu que logo em seguida se estenderam para os outros países da Europa e da América, sendo assim, é um exemplo que não poderia faltar. Foi criado em

1974, na região de Borgonha, na França, surgiu a partir de uma experiência comunitária francesa, na região industrial das cidades de Creusot (siderurgia) e Montceau les Mines (carvão), entre os anos 1971-82 (MATTOS, 2006; s/p)¹⁶, segundo Bruno Brulon (2015; p.268), foi o primeiro espaço reconhecido como ecomuseu. A experiência museológica desenvolvida por Marcel Évrard (1921 - 2009) logo chamou atenção de Hugues de Varine (1935-), Georges Henri Rivière (1897-1985) e Mathilde Bellaigue (1932-), tal abordagem diferencia-se dos museus tradicionais, pois

[...] justamente pela inovação da linguagem museal, que unia a abordagem dos ‘museus de sociedade’ a uma abordagem de museus de arte. Tal inovação decorreu principalmente do fato de que, como constataram Évrard e Varine, nas primeiras discussões sobre o ecomuseu, localmente, um museu clássico não interessaria às pessoas [...]. Pouco importava o que seria reunido para colocar em prática os objetivos do museu, porque o que dava vida ao projeto era a existência mesma de tais objetivos preliminares. Estes eram repartidos em dois propósitos primordiais: o do desmantelamento do paternalismo industrial estabelecido ao longo da história, em primeiro lugar, e o da participação e da criação da comunidade urbana do Creusot como uma “entidade autônoma”, em segundo (BRULON, 2015; p.271).

O ecomuseu do *Creusot Montceau-Les-Mines*, nasceu como uma associação, e como apontado por Brulon, seu interesse principal não era na abordagem tradicional do que se define como museu, o objetivo principal é na comunidade e proporcioná-los saída da “posição de subalterno para reorientar a sua identidade”, valorizando assim, a memória de toda comunidade.

¹⁶ Yara Mattos, graduada em Museologia pelo Curso de Museus - MHN/ Atual Escola de Museologia/UNIRIO (1971); especialização em Arqueologia pela AUSU/IAB (1972); doutorado em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas (Cuba) / UFOP (2004). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto/Departamento de Museologia. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1233439/yara-mattos>> Acesso em 04/03/2022.

Figura 3 - *Ecomusée du Creusot Montceau-Les-Mines*.



Fonte disponível em: <www.erih.net> Acesso em: Acesso em 26 de março de 2022;

A comunidade *Creusot-Montceau* é conhecida pelos seus pontos industriais, que fica em torno de 3h30min da capital francesa, Paris, as duas cidades totalizam mais de 40 mil habitantes, segundo dados de 2018, do Institut National de la Statistique et des études économiques. Sua economia é dominada pelo ramo siderúrgico, mecânico e de energia. Um dos principais pontos turísticos é o ecomuseu *Creusot Montceau* que conta e expõe a história industrial da região. Durante a pesquisa sobre os pontos turísticos, percebe-se que apesar da bagagem histórica como referência de uma experiência social e museológica, aparentemente é uma região culturalmente empobrecida de espaços culturais. A pesquisa realizada foi por meio do uso do buscador *Google* e da plataforma de turismo *Tripadvisor*, onde mostra os pontos turísticos, opiniões e avaliações dos visitantes, entre eles 2 principais museus, incluindo o ecomuseu, em *Creusot*, e em *Montceau*, e 2 principais museus também apareceram na pesquisa. No *site* de turismo de *Creusot-Montceau*, o turismo da região está em torno da memória industrial e natureza, como por exemplo, os túneis onde os mineradores trabalhavam, que apesar de desativada, constitui parte do enredo da história e é aberta a visitação. E de acordo com as publicações, a comuna possui bastante atividade cultural. No que diz respeito a economia criativa, uma das alternativas que chamou a atenção foi a forma como o museu Ailot, uma galeria de caminhões antigos, tem um espaço de convívio chamado Barailot, e que teve boa avaliação dos visitantes por proporcionar

músicas e comida como uma réplica de bar à moda antiga, pensando nisso, numa proposta de economia criativa que gire em torno dos patrimônios históricos e do ecomuseu, propor um ambientes como restaurante, bares ou feiras que apresentem algumas características do entretenimento que remetem à história industrial local e permitam criatividade, seja das músicas, do vestuário, cardápios, e proporcionem espaço para oficinas que utilizem da matérias-primas, como o carvão ou com metal, com propósito de integrar a história local com a economia criativa e gerar fagulhas artísticas, e pensando no quesito artístico, propor feiras com exposições que apresentem artistas destes segmentos que se entrelaça com a história da região.

3.2 ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL, PORTUGAL

Após os experimentos na França, os ecomuseus se alastraram em Portugal. Segundo Pedro P. Leite¹⁷, em 1982 surgiu o Museu Municipal do Seixal (figura 4), mais tarde em 1983 foi chamado de Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), localizado no Distrito de Setúbal, na região metropolitana da capital Lisboa. No *site* oficial, o espaço é composto por uma equipe de cerca de 30 pessoas e integra 8 territórios, composto por cinco núcleos museológicos e três extensões, sendo eles “os núcleos são sítios ou espaços de propriedade e tutela municipais, musealizados ou com aproveitamento museológico atual ou programado [...]”, a sua missão é:

investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população do concelho, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias sociais e para um desenvolvimento local sustentável (EMS, *site*, s/d).

¹⁷ Professor na Universidade Lusófona de Lisboa, membro do Conselho Científico da Cátedra Educação, Cidadania e Diversidade Cultural, e investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, com a tese Casa Muss-amb-ike: o compromisso no processo museológico. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/484524/pedro-jorge-de-oliveira-pereira-leite>> Acesso em: 25/05/2022.

Figura 4 - Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS).



Fonte disponível em: <<https://www.cm-seixal.pt/equipamento/ecomuseu-municipal-do-seixal-nucleo-da-mundet-servicos-centrais>> Acesso em: 04 de março de 2022.

O Ecomuseu municipal possui antigas fábricas, como as de fazer cortiças, fabricação de pólvora e moinhos, e, sítios arqueológicos e núcleo naval, entre outras extensões que compõem o ecomuseu e são associados com o patrimônio industrial e naval, contando com quintas (grandes propriedades rurais). A economia do espaço é impulsionada pelas festividades e pelo turismo histórico da cidade, como no vídeo do canal Museu Comunitários, no *YouTube*, que apresenta o Núcleo da Fábrica da Pólvora, com mediações que mostram como as oficinas e maquinários funcionam. A cidade de Seixal apresenta muita memória e tradições, principalmente de história de gerações que trabalharam nas fábricas no ramo marítimo, e que cuja cidade carrega o testemunho de ter sido das construções das embarcações que navegaram para a Índia, enfatizando ainda mais a cultura marítima.

Em relação a economia criativa, o turismo em Seixal está baseado no turismo náutico e no turismo industrial. Pensando nisso, as proposições para fomento da economia criativa, uma ideia é proporcionar um ambiente que desperte o interesse da comunidade em visitar, como o uso de alguma fábrica ou porto histórico para realização de feiras, galerias etc. Como foi no caso do Museu Barailton, utilizar um dos seus espaços que estimulem a experiência.

3.3 ECOMUSEU DE SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO (RJ)

O Ecomuseu Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz (figura 5), ou como é conhecido, Ecomuseu de Santa Cruz, foi criado em 1995, e está localizado no município

do Rio de Janeiro. O bairro de Santa Cruz que dá nome ao ecomuseu é um dos mais populosos do estado, é o 4º bairro mais populoso do Brasil, com 222 mil habitantes (segundo o censo 2015). Segundo José Renato S. Pimenta (2021; p.10), o local era habitado por nativos tupinambás, e posteriormente pertenceu ao português Cristóvão Monteiro, em 1567, e em seguida, uma parte foi doada aos jesuítas, que também fizeram outras aquisições

Mediante outras aquisições, a Fazenda de Santa Cruz, no século XVIII, correspondia a mais de uma dezena de municípios da atual divisão político-administrativa do Estado. Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, a Fazenda de Santa Cruz passou a pertencer à Coroa Portuguesa e, após a vinda da corte de Portugal para o Brasil, passou a ser uma das residências da Família Real e Imperial. [...] Em 1881 o bairro Sta Cruz recebe o Matadouro Público do Município Neutro, que fornece carnes à capital do Império (2015; 10).

A história do ecomuseu inicia-se antes de 1995, remota aos anos 80, com a criação do Núcleo de Orientação e Pesquisas Históricas (NOPH), em 1983. Segundo Odalice Priosti (2017; 3) esse movimento de criação surgiu de forma autônoma da sociedade local, sendo uma experiência significativa para a Museologia Social, desenvolvendo-se uma “pedagogia própria de estudos sobre si mesma, de apropriação de sua liberdade de agir, de reflexão sobre seu patrimônio e sobre o território de sua ação.” O ecomuseu tornou-se de fato um ecomuseu em 1992, após o *I Encontro Internacional de Ecomuseus*, organizado pela Secretaria Municipal de Cultura, onde foram convidados profissionais da área museológica e representantes dos bairros da zona oeste, onde o bairro Santa Cruz se destacou devido suas ações que vinham sendo realizadas desde 1984 pelo NOPH em parceria com a comunidade focado na preservação do patrimônio local. A criação do 1º ecomuseu carioca teve o auxílio da convidada museóloga Tereza Scheiner, e após discussões e trâmites burocráticos que se iniciou em 1992 até 1995, ano que foi sancionada a Lei Municipal n.º 2.354, que criou oficialmente o ecomuseu. A gestão do espaço é realizada pela Secretaria Municipal de Educação, onde fica a sede administrativa do espaço cultural.

O território do ecomuseu engloba todo o bairro de Santa Cruz, estruturado por 7 núcleos, possuindo cerca de 125 km², e nele é contemplado a Fazenda Santa Cruz, onde foi a antiga sede da Fazenda Jesuítica e antigo Paço Imperial Rural, e o Palacete Princesa Isabel, onde foi o Matadouro de Sta. Cruz. Ele está inserido na estrutura Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e tem por missão a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural do bairro. Segundo o *site* oficial da instituição:

O Ecomuseu de Santa Cruz prima pela participação da comunidade local em sua gestão que se pretende compartilhada entre poder público e os diversos atores locais. Como fruto de suas ações, espera fomentar o desenvolvimento cultural e humano dos moradores do território, com foco na sustentabilidade do bairro e de sua população (Ecomuseu de Santa Cruz).

Acerca da economia local, observa-se que a economia predominante é o Turismo de Base Comunitária (TBC), apresenta-se as análises do turismo segundo Diogo da Silva Cardoso¹⁸, pelos apontamentos, a concentração do turismo está no eixo Centro - Zona sul do Rio de Janeiro, “[...] até o Turismo de Base Comunitária, nicho que tem por essência o desenvolvimento de áreas culturalmente centrais, porém economicamente marginalizadas, também está restrito à região supracitada” (DA SILVA CARDOSO, 2016; p.7), conseqüentemente, a zona Oeste, onde está localizado o Ecomuseu de Santa Cruz, apesar de muitas tentativas de impulsionar o turismo na região, a descontinuidade de políticas de governo (ou, popularmente, a dança das cadeiras) ocasiona a falta de investimentos públicos na região, e gera invisibilidade da região.

Figura 5 - Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz (RJ).



Fonte disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/igstatic/10/98/10/10981073.png>> Acesso em: 10 de maio de 2022.

Em relação a economia criativa, uma das atividades realizadas pelo ecomuseu é a Caravana Literária do Ecomuseu de Santa Cruz, que promove atividades literárias com participação de artistas, arte educadores, escritores, poetas, cordelistas e ilustradores. Tal atividade tem potencial de se desdobrar e tornar-se uma feira literária, fomentar a escrita literária da região, divulgar as produções locais e estimular o consumo de tais produtos.

¹⁸ Geógrafo, Doutor em Geografia pela UFRJ. Pós-doutorando em Geografia pelo PPGG/UFRJ. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8373939501005087>> Acesso em: 25/05/2022.

Outra atividade que está envolvido com feiras, é ser uma ponte parceira entre instituições que forneçam consultores da área empresarial e microempreendedores que estejam dentro do requisito de economia criativa e necessitam de suporte para participar de feiras, como a feira Ilumina Zona Oeste, que atrai muitas pessoas para região oeste do Rio, e proporciona feiras, oficinas e outras experiências.

3.4 ECOMUSEU DO CERRADO LAÍS ADERNE, DISTRITO FEDERAL (DF)

O Ecomuseu da Cerrado foi inaugurado em 1997, pela Laís Aderne através de uma organização não-governamental Instituto Huah do Planalto Central que deram início ao projeto, cuja centelha para criação do espaço foi proposta em Brasília no ano de 1989, segundo Alcidea Coelho Costa (2004), era composto por 7 municípios (figura 6) de Pirenópolis (sede), Abadiânia, Alexânia, Água Lindas de Goiás, Cocalzinho, Corumbá e Santo Antônio do Descoberto do Estado de Goiás, todos localizados no entorno do Distrito Federal, a área geográfica do Ecomuseu do Cerrado abrangia uma superfície de 8.066 km².

Após o falecimento da Laís Aderne em 2007, o ecomuseu deixou de existir e em 2014 foi resgatado a proposta do ecomuseu em um formato virtual como forma de homenagem. No entanto, com o intuito de aproveitar o que era o espaço itinerante e a sua missão, esta pesquisa fez uso de fontes virtuais para apresentar como o ecomuseu desfrutou da economia criativa para o fomento das atividades locais, sendo assim, utiliza-se do tempo verbal passado para mostrar o ecomuseu e apresentar algumas ações que eram realizadas dentro deste espaço.

Figura 6 - Mapa do Ecomuseu do Cerrado.



Fonte: NÓBREGA, Ricardo Campos da; ENCINAS, José Imaña.

O Ecomuseu do Cerrado (figura 7) tinha como proposta a preservação ambiental e cultural do cerrado em conjunto com a comunidade, onde cada membro fazia parte do



“roteiro sócio- cultural” na promoção de novas leituras do cerrado. Segundo a diretora da Escola Natureza, Lêda Bhadra (2014), em entrevista ao canal do *Youtube* UnBTV, a ideia do ecomuseu era não ter um espaço específico com acervo sobre o Cerrado, o Ecomuseu ser interativo e o propósito de ter vários espaços abertos para receber exposições e visitantes.

A missão do ecomuseu do Cerrado era:

Ser um centro de referência nacional sobre o Sistema Biogeográfico do Cerrado para divulgar e preservar os conhecimentos científicos e os saberes e os fazeres populares acerca da sociobiodiversidade do Cerrado, contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com a cultura do cuidado e da sustentabilidade do Cerrado. (ECOMUSEU DO CERRADO, s/d)

E os valores:

- Garantir qualidade nas atividades de preservação, pesquisa e difusão do acervo.
- Garantir acolhimento de públicos diversos.
- Promover a conservação de patrimônio cultural, material e imaterial.
- Ter responsabilidade com o envolvimento humano para com a sustentabilidade socioambiental do Cerrado. (Idem)

Segundo o Museu virtual do Ecomuseu, a proposta da homenagem é de:

- Resgatar a história das cidades e a eco-história do Cerrado, tendo como foco a educação ambiental e ecologia humana, incentivando a VISÃO SISTÊMICA sobre as interrelações entre sociedade, cultura e natureza.
- Contribuir para preservar, conservar e resgatar o Bioma Cerrado e a sua identidade cultural dentro do DF e o entorno, com base no planejamento biorregional e por meio de ações planejadas cooperativamente, voltadas para a conservação do Cerrado e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Preparar os professores para assumirem os novos paradigmas da Educação que pressupõe a integração entre o Fazer, o Pensar e o Sentir para interagir com as comunidades locais.
- Promover a preservação patrimonial – natural, material e imaterial – a partir de acervos bibliográficos, videográficos, fonográficos e monográficos
- Divulgar pesquisas sobre o Cerrado do ponto de vista histórico, social, cultural, ambiental, geográfico, biológico, arqueológico e geológico.
- Resgatar a memória pessoal, social e ambiental e a identidade das cidades através do diálogo de saberes e a manutenção e valorização de seus fazeres, saberes e tecnologias, atentos ao envolvimento, inclusão e interação das diversidades.
- Partilha e troca de sementes, receitas, remédios e conhecimentos entre as cidades.
- Verificar as vocações profissionais para formar recursos humanos e estimular a produção local para o eco-turismo.
- Sensibilizar as comunidades quanto ao ambiente em que moram e mostrar que o que produzem tem valor socioambiental para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações locais.
- Gerar conhecimento transdisciplinar através de atividades e pesquisa nas áreas de cultura, educação, sociedade e natureza, tecnologias tradicionais e contemporâneas para criar multiplicadores para uma ecologia ambiental, humana, social e planetária.

- Construir uma rede de especialistas de diferentes áreas do conhecimento; não somente doutores, mas também grandes mestres com outros níveis de conhecimento não acadêmico. (Idem)

Figura 7 - *Printscreen* Ecomuseu do Cerrado



Fonte disponível em:

<<https://globoplay.globo.com/v/3622166/>> Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

O Ecomuseu do Cerrado tinha a estrutura do espaço baseada numa rede “como um sistema aberto”, desta forma, a autonomia de grupos do ecomuseu, promovendo releituras e outras perspectivas acerca do bioma e da cultura local. Costa (2004; 11) afirma que o ecomuseu busca implementar “hortos florestais, hortas e herbários com plantas medicinais, resgate da história da região e de seus fazeres culturais, pontos de atração turística, trilhas interpretativas, educação ambiental, reservas florestais, Museu de História Natural, dentre outras”. A autonomia de cada município em geração e elaboração de atrativos culturais, como as festividades.

Em relação a economia criativa, o intuito de um “sistema aberto” que fortalecia a diversidade de identidades das cidades que faziam parte do ecomuseu, o que singularizava o uso da economia criativa em cada região. Entre elas, uma das cidades chamada Alexânia, possui uma *Feira de Trocas*, onde os artesanatos da região eram trocados por mercadorias industrializadas, tal ação criada em 1974, proporcionou resgate de fazeres culturais da população.

Por esses motivos o Museu Virtual do Cerrado foi criado, para ser esse resgate e divulgação das produções acadêmicas sobre artesanatos, fauna e flora nativos da região do cerrado e conta também com receitas tradicionais que contemplam o patrimônio imaterial. Veja que essa disponibilidade de pesquisas potencializa o olhar inovador da culinária, favorecendo a economia criativa e o fortalecimento da diversidade de identidades.

3.5 ANÁLISE PARA OS 4 ECOMUSEUS

Neste subcapítulo, é feita uma análise que explica o motivo de ter trazido esses ecomuseus, o que se quer deles, e como eles contribuem para o objeto de estudo desta pesquisa. Antes de adentrar mais na análise, cabe apontar o quão recentes são os ecomuseus, para se ter uma ideia a diferença de idade entre os 4 ecomuseus selecionados é de um pouco mais de 20 anos de existência. Sendo o ecomuseu da França o mais antigo do mundo, de 1974, e o Ecomuseu do Cerrado mais recente, de 1997. O que difere são os motivos que levaram a sua existência.

A seleção destes ecomuseus e o motivo de os ter trazido aqui se deu justamente pela sua bagagem histórica, pelas contribuições no campo museológico e social e suas diferenças geográficas e culturais. Os ecomuseus surgiram como experiência social e antropológica dos espaços integrados a sociedade, no caso dos ecomuseus dos países europeus, eles nasceram como objeto de experiência, de estudo e observação e seguiu desdobrando-se para outros países europeus. Enquanto os ecomuseus do Brasil, também adotou os ecomuseus, mas com necessidades bem específicas, por questões sociais e preservação ambiental e cultural. Apesar de ambas serem frutos de experiência social, o intuito do nascimento delas são contrastantes, pois, como pode-se perceber pelos 2 ecomuseus brasileiros apresentados, a participação da comunidade na criação desses espaços é mais ativa e orgânica, como no caso do ecomuseu Sta Cruz, que o seu trabalho na preservação cultural antecede a criação do oficial do espaço. O que no caso dos ecomuseus da França e de Portugal também tem participação da comunidade, mas surgem após a criação do ecomuseu.

Nesta pesquisa buscou-se saber da relação dos ecomuseus com a economia, como por exemplo o turismo de base comunitária que é a fonte de renda comum de todos os ecomuseus. O uso das avaliações e comentários das plataformas de turismo para compreender como os visitantes veem o espaço e quais pontos podem ser melhorados ou reformulados. É importante destacar que a economia criativa nasce ao redor dos ecomuseus, e que a proposta do espaço museológico é ser uma ponte que propicie este desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, as ideias criativas que foram somando com a memórias e tradições que são preservadas e disseminadas pelos ecomuseus, como o exemplo do ecomuseu francês, o museu *Ailot*, uma galeria de caminhões antigos, com um espaço de convívio chamado *Barailot*, e nesse lugar se utiliza a memória industrial e réplica de um bar característico. Ou no caso do Ecomuseu do Cerrado que faz uso de ferramentas para resgatar fazeres culturais da comunidade e alavancar a economia local e como ferramenta de auxílio, como é o caso do Ecomuseu Sta. Cruz, onde a proposição é ser uma ponte parceira entre instituição e microempreendedores da economia criativa.

Pesquisar sobre outros ecomuseus auxiliou no olhar norteador do caminho de investigação do Ecomuseu da Amazônia. Identificar e apresentar a necessidade de se ter o ecomuseu da Amazônia e como o engajamento da população ajudou nessa trajetória, detalhes que fazem parte da característica dos ecomuseus do Brasil. Contribuíram também no interesse em saber sobre a economia local, e as possibilidades de economia criativa ajudaram a formular questões que tratem sobre a economia criativa e desenvolvimento sustentável, e pensar em possibilidades de fomento da geração de renda e atração turística. Entendendo que o ecomuseu é um instrumento de fomento à economia criativa. No capítulo seguinte falará sobre a pesquisa no Ecomuseu da Amazônia, a história, as respostas obtidas e análises.

4. ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, PARÁ (PA)

4.1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, é apresentado o Ecomuseu da Amazônia, um programa administrado pela Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, a FUNBOSQUE (figura 8), da Prefeitura Municipal de Belém, a sede física do Ecomuseu está dentro da Fundação Escola Bosque, localizada na Av. Nossa Senhora da Conceição, S/N - Ilha de Caratateua (do tupi “lugar de cará” (ALMEIDA; MARTINS, 2021; p.16), conhecida popularmente como Outeiro, e abrange também a Ilha de Cotijuba e a Ilha do Mosqueiro.

O que difere ele dos demais ecomuseus do capítulo acima é o seu grau de profundidade de análise, com uma pesquisa minuciosa sobre os campos da pesquisa, preservação, comunicação e economia. A escolha deste ecomuseu ser o objeto de estudo se dá por alguns fatores, o primeiro fator é voltado por questões afetivas (estado natal), segundo fator está relacionado numa produção que fale mais da cultura da região norte e o terceiro fator para ter escolhido esse ecomuseu

Figura 8 - Fundação Escola Bosque (Entrada)



Fonte disponível em: Prefeitura de Belém. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

O Ecomuseu foi criado por Laís Aderne¹⁹ e Maria Terezinha R. Martins²⁰, no ano de 2005, em conjunto com a comunidade, a partir da experiência de criação do Ecomuseu

¹⁹ Laís Aderne era Mestre em Arte Educação e Sociedade pela Birmingham (1982); com especialização em Pintura pela Universidade do Brasil (1962); especialização em Estética e história da Arte pela universidade de Madrid (1965); especialização em Direção Teatral pela Universidade Federal da Paraíba (1963); graduação em Pintura e Xilogravura pela Universidade Federal de Minas Gerais(1956). e graduação em Pintura e Xilogravura pela Universidade do Brasil (1961). Fonte: Escavador

²⁰ Maria Terezinha R. Martins é Doutora em Gestão Integrada de Recursos Naturais; Mestra em Planejamento e Gestão Ambiental, (UCB-Brasília-DF). Especialista pelo Progestão - Programa de Capacitação e

do Cerrado. Em entrevista à revista MUSAS (2016), Terezinha fala sobre a criação do Ecomuseu da Amazônia, sendo inicialmente um projeto de Laís Aderne para a escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso, em Belém, na década de 1990. Terezinha e Laís trabalharam juntas entre 1996 e 1998, onde através de pesquisas descobriram 600 ceramistas em um distrito, a professora Aderne identificou como um *fenômeno sociológico* e segundo Terezinha:

[...] nós íamos trazer para dentro da escola aquelas pessoas, trazer a cerâmica para dentro da escola, os alunos iam conviver com aquele trabalho. A partir daí a gente começou a trabalhar com a questão social, começamos a contextualizar o trabalho da escola-comunidade, a partir da realidade deles (Revista Musas, 2016, n° 7, p. 225).

Em 2005, com o retorno de Laís Aderne a Belém (como consultora), foi retomado o trabalho e realizou-se uma palestra para a comunidade que havia participado da pesquisa na década de 90, e durante o evento, com os relatos das experiências de Aderne sobre o Ecomuseu do Cerrado, a comunidade se identificou com o princípio de *ecomuseu* e afirmaram também ter um ecomuseu, e o denominaram de Ecomuseu da Amazônia (apesar da crítica da Secretaria da Educação na época).

Segundo a prefeitura de Belém²¹, no *site* oficial, o museu é aberto e é um projeto de desenvolvimento humano sustentável, inaugurado em 2007 (após falecimento de Laís Aderne), e busca integrar e representar todos por meio da “vivência do cotidiano das comunidades do território amazônico, demonstrando o acervo natural e cultural de uma região” (Prefeitura de Belém, s/d) e com a participação popular na valorização dos saberes e fazeres da memória coletiva.

O espaço possui ações desenvolvidas e realizadas em parceria com a comunidade voltadas às necessidades locais, a partir do programa “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local”, criado em 2009, o conjunto de ações foram denominadas de *Eixos*, sendo criados 4 *eixos temáticos*, tais como:

Legislação para Gestores a Distância (UNAMA-Belém-PA). Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior (Universidade Estácio de Sá - RJ). Graduada em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar e Orientação Educacional (UFPA). Graduada em Letras (UFPA). Coordenadora e uma das fundadoras do Ecomuseu da Amazônia, um Programa da Secretaria Municipal de Educação de Belém que é responsável pelo desenvolvimento de ações em espaços rurais e urbanos, com base nos eixos cultura, meio ambiente, turismo e cidadania, abrangendo a Região Metropolitana de Belém. Fonte: Escavador ²¹FUNBOSQUE, Prefeitura de Belém. Disponível em: <<https://funbosque.belem.pa.gov.br/projetos/ecomuseu-da-amazonia/>> Acesso em: 24 de novembro de 2021.

- **Eixo Cultura:** [...] As ações diagnosticadas e planejadas a partir do Programa de Capacitação para o eixo cultura preconizam o desenvolvimento estratégico e sistemático a partir da integração técnico-artesanal voltada à geração de renda e conseqüentemente qualidade de vida das comunidades envolvidas no processo. Tem por objetivo promover a integração entre conhecimento técnico-científico e conhecimento empírico de maneira que a comunidade de posse desse saber possa geri-lo (Programa de Capacitação) em benefício próprio, preservando seu patrimônio, gerando renda, bem como, qualidade de vida. A proposta caracteriza-se também como um processo participativo e de integração comunitária visando a qualificação das ações já em andamento com a finalidade de proporcionar resultados que se adequem às necessidades museológicas (museu território).
- **Eixo Meio Ambiente:** [...] Tem como premissa a educação ambiental como instrumento de conservação e preservação da natureza, valorizando os saberes e fazeres da comunidade preservando as tradições e cultura local. Dentre os projetos que já foram desenvolvidos no eixo meio ambiente, temos: Aquicultura Sustentável de várzea, que visava o aproveitamento das áreas de várzea da região insular do Município de Belém para o cultivo e manejo de peixes e camarões amazônicos, e o Projeto Sustentabilidade e Segurança Alimentar que tinha como objetivo fomentar a geração de trabalho, renda e alimentação diminuindo a insegurança alimentar nas comunidades atendidas pelo Ecomuseu, desenvolvidas na comunidade Curupeté em Caratateua.
- **Eixo Turismo de Base Comunitária:** [...] Tem por missão promover atividades relacionadas ao turismo sustentável de base comunitária nas áreas de abrangência do Ecomuseu da Amazônia envolvendo a educação não formal através de ações teóricas e práticas dos princípios turísticos vinculados à educação patrimonial, valorização da identidade e prestação de serviços de qualidade, aplicados ao contexto das comunidades envolvidas. Permitindo assim, a formação participativa das comunidades em prol do desenvolvimento local aplicado à prática sustentável. Dentre os projetos desenvolvidos pelo eixo turismo de base comunitária, está o Roteiro Patrimonial de Visitação, nas comunidades de Pedra Branca/Seringal e Poção/ Fazendinha da Ilha de Cotijuba.
- **Eixo Cidadania:** [...] O eixo está incluído de certa forma em todos os outros eixos como: cultura, meio ambiente e turismo de base comunitária. Propondo – se a ser um mediador nas articulações e nas iniciativas diante do processo de envolvimento com a comunidade, facilitando a valorização dos saberes e fazeres, como também atuando na capacitação, orientação, divulgação e comercialização da produção no mercado (BELÉM, s/d).

Segundo Maria Terezinha R. Martins e Vinícius de Araújo Pacheco²², no artigo *Ecomuseu da Amazônia: o patrimônio local da representatividade dos biomapas*, o Ecomuseu da Amazônia é um museu de território e “diferencia-se como uma experiência singular alicerçada nos preceitos da nova museologia, tem seu foco no desenvolvimento humano sustentável de comunidades periféricas da região insular de Belém.” (MARTINS; PACHECO, 2021; 272). Neste sentido, segundo Huffner, Martins, e Bastos, o Ecomuseu da Amazônia tem a essência de ser

²² Vinícius de Araújo Pacheco é graduado em Educação Artística pela Universidade do Estado do Pará (1997) e mestrado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Pará (2018). Atualmente é professor Classe 2 - Secretaria de estado de educação. e professor licenciado pleno - Secretaria Municipal de Educação - Belém. Tem experiência nas áreas da arte e museologia social. Fonte: Lattes. Acesso em 20/05/2022.

[...] instrumento de gestão territorial que visa à sustentabilidade ambiental, social e cultural das comunidades das ilhas de Belém por meio do fomento, da valorização, da difusão e do respeito às tradições, às atividades artesanais, artísticas e o saber do homem amazônico no uso sustentável dos recursos naturais para sua sobrevivência (HUFFNER; MARTINS; BASTOS, 2018; 238).

Para o desenvolvimento do programa “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local”, foi diagnosticado algumas defasagens das práticas tradicionais locais, como aborda Almeida e Martins (2021):

Ao inventariar o patrimônio nesse território, identificou-se que os comunitários apresentavam dificuldades para manter as práticas tradicionais transmitidas de geração a geração, diante das facilidades e inovações tecnológicas do meio ambiente urbano moderno. As novas gerações demonstravam pouco interesse no aprendizado de técnicas para a produção de farinha de mandioca, cultivo de hortas e plantas frutíferas, produção de cerâmica, confecção de utensílios em palha, confecção de utensílios de pesca, confecção de instrumentos musicais, produção musical, danças regionais etc. (ALMEIDA; MARTINS, 2021; p.15)

A pesquisa para a construção do inventário do patrimônio do Ecomuseu da Amazônia iniciou em 2008, organizou seu acervo de acordo com os *Eixos*. No *Eixo Cultura*, o acervo é formado por mestres e mestras²³ da cultura popular, com títulos obtidos a partir das manifestações culturais desenvolvidas. Além de local de manifestação de fé.” (Idem; 18).

4.2 RESPOSTAS

No subcapítulo Respostas, são apresentadas as respostas encontradas do questionário (Anexo 1) enviado para o Ecomuseu da Amazônia, cujo questionário foi encaminhado por *email* à instituição no mês de dezembro de 2021, foram elaboradas a partir dos marcadores utilizados: pesquisa, preservação, comunicação e economia. No decorrer do mês de janeiro manteve-se contato com a professora Terezinha Martins, que respondeu prontamente pelo *Whatsapp*, no entanto, devido às demandas da instituição, problemas de saúde ocasionadas pelo COVID-19, e o fechamento temporário do ecomuseu

²³ Nomes dos mestres e mestras: Jorsonleide de Paula Paes, de 85 anos, conhecida como Mestra Zula, onde iniciou seu envolvimento com a cultura paraense em 1947; Mestra Laurene da Costa Ataíde, de 63 anos, premiada em 2007 como mestra de cultura da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC); Mestre Apolo Monteiro Barros, de 75 anos, conhecido como Mestre Apolo de Caratateua, membro fundador do “Movimento Literário Extremo Norte”, que lhe renderam a cadeira 4 da Academia de Cordel; Mestre Oriovaldo Soares Meireles, de 78 anos, conhecido como mestre Tabaco; Fábio dos Santos Cardoso, produtor cultural de 44 anos, conhecido como “Fábio Tucuxi” ou “Fábio do Carimbó”; Iara Mônica Coutinho de Oliveira, produtora cultural de 50 anos; e Terreiro de umbanda ou local de manifestação de fé, chamado Casa de Mariana.

devido a pandemia, o questionário não foi respondido pela equipe, sendo assim, foi necessário utilizar outras fontes como reportagens, vídeos, artigos produzidos e *sites* oficiais para obter as respostas. Desta forma, foram separados em subcapítulos os marcadores que nortearam as perguntas.

4.2.1 Pesquisa

No marcador *Pesquisa*, as perguntas foram desenvolvidas no intuito de saber como é realizada a pesquisa pelo ecomuseu e se há envolvimento com outras instituições; se tem participação da comunidade na pesquisa de acervo e como é essa participação; se é possível identificar as relações da museologia e da economia no ecomuseu; e como é realizada a gestão do espaço.

E segundo as respostas obtidas, no campo de pesquisa do Ecomuseu, há envolvimento de outras instituições, segundo a professora Terezinha na entrevista cedida a Revista Musas, em 2016, “os parceiros da Universidade Federal do Pará, o pessoal do curso de museologia é nosso parceiro. Nós temos parceria com o pessoal de turismo também. Nós temos também com o Museu Goeldi, com a secretaria de Cultura e com a secretaria de Meio Ambiente.” (REVISTA MUSAS, 2016; p.239). Para além das instituições, a participação da comunidade no levantamento de patrimônios e informações sobre o acervo é fundamental. Segundo o professor de artes Vinícius Pacheco, na reportagem do programa Eco Record News Amazônia sobre o Ecomuseu, “a partir da comunidade que começa a entender e descobrir os patrimônios, seja ele material ou imaterial [...]”. Em relação à pesquisa e levantamento sobre o acervo, o professor Vinícius Pacheco detalha como se dá a pesquisa para elaboração do biomapa (figura 9), processo que levou em torno de 6 meses de produção, cuja ação de pesquisa, identificação e preservação do acervo foi realizado em parceria com as comunidades, onde revela a localização geográfica de cada artesanato e suas características, como afirma o professor Pacheco:

Figura 9 - Printscreen Biomapa.



Fonte disponível em: <[Eco Record News](#)> Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

Biomapa seria um mapa comunitário de identificação geográfica e patrimonial. A especificidade do biomapa é a diferença do mapa tradicional. Nós vamos nas comunidades e a partir do contato com a comunidade fazemos um levantamento do patrimônio comunitário, sendo ele material ou imaterial. A partir daí nós fizemos a identificação geográfica, características particulares e históricas de um prédio histórico que existe na comunidade, uma igreja em ruínas, e a partir dessas informações nós trabalhamos na estética e embelezamento desse mapa (R7, 2015).

Acerca da gestão do espaço do Ecomuseu da Amazônia, por ser um programa da Prefeitura de Belém criado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), foi instituído na Escola Bosque a gestão do espaço. Em entrevista com a Revista Musas (2016), a professora Terezinha afirma que

Por se tratar de uma temática voltada para o meio ambiente, a Secretária da Educação sugeriu que o Ecomuseu ficasse na Fundação Escola Bosque, “é uma fundação que é autônoma, ela não é ligada à secretaria, mas diretamente à prefeitura de Belém, que foi criada na ilha de Caratateua, então o Ecomuseu deveria ir para lá, para essa Fundação, porque lá ele teria um espaço”.

[...] Essa fundação é formada por núcleos de coordenações sob a gestão de um presidente. Essas coordenações englobam as seguintes áreas: Coordenação de Desenvolvimento Comunitário, Coordenação administrativa, Coordenação Pedagógica e Coordenação de Planejamento. Inicialmente o Ecomuseu estava integrado à coordenação de Desenvolvimento Comunitário, atualmente o Ecomuseu da Amazônia tem um espaço próprio dentro da fundação. Então o Ecomuseu passou para lá e ficou dentro dessa Coordenação Comunitária, da qual fui coordenadora por algum tempo e do Ecomuseu. Nas gestões seguintes, eles separaram a Coordenação Comunitária do Ecomuseu, então eu fiquei com o Ecomuseu. Desde o início eu venho com o Ecomuseu.

Vale ressaltar que o Ecomuseu da Amazônia não tem CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), por isso não possui personalidade jurídica, ou seja, existe de fato, e não de direito. Desse modo a sua “existência” remete a administração da Fundação Eidorfe Moreira, inclusive quando participa de editais, para captação de recursos, essa participação só pode ocorrer por intermédio dessa fundação. (REVISTA MUSAS, 2016, n° 7; p.238)

Sobre a relação da museologia e economia como prática do Ecomuseu, uma das questões levantadas no formulário, não foi encontrado material que contivesse tais informações.

4.2.2 Preservação

No marcador *Preservação*, as perguntas foram desenvolvidas no intuito de saber como é o processo de preservação dos acervos (material, imaterial e natural); se há cursos/orientações para os moradores sobre os processos de preservação do patrimônio e como são realizados; e saber quais foram os desafios na preservação do meio ambiente e no resgate dos saberes e fazeres da região.

As respostas obtidas acerca da preservação do patrimônio material, foram sobre o programa “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local” que incentiva a produção artesanal que resguarda as particularidades de cada comunidade que faz parte do Ecomuseu, como aponta na reportagem da *Record News* (figura 10), segundo o Gerson Lage, turismólogo,

Trabalho com o resgate através do biomapa e também do relato do turismo, através do inventário turístico, onde se identifica os patrimônios históricos e culturais dessa comunidade. E cada comunidade tem sua matéria-prima, por exemplo Poção, com a panela refratária (de barro), a cerâmica e o látex. [...] Através da nossa pesquisa, alguns trabalhos ou culturas que se perderam, a gente resgata e aplica com os jovens e o pessoal da melhor idade (R7, 2015, 10min).

Figura 10 - *Printscreen* Produção de panelas de barro.



Fonte disponível em: <[Eco Record News](#)> Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

Em relação à preservação do patrimônio imaterial, há projetos que fomentam a preservação, como o Projeto Carimbó (figura 11), na ilha de Mosqueiro, umas das ilhas que faz parte do Ecomuseu, o Projeto em conjunto com a comunidade na produção das

músicas e festividades. No vídeo (2015) apresentado por Vinícius de Araújo Pacheco, técnico de arte educação, do ecomuseu, o Projeto Carimbó, em entrevista com o mestre Nazareno Garcia de Carvalho, um portador ativo das tradições populares da comunidade, que em 2012/2013 montou um grupo de carimbó, e segundo o Mestre, formou parceria com a professora Marcilene, que havia iniciado o projeto, e deram continuidade com suporte do Ecomuseu. No ano da entrevista, em 2015, o grupo era composto por 5 pessoas do grupo vocal e 10 dançarinas. O Ecomuseu da Amazônia possui um grupo de dança de carimbó chamado Grupo de Dança do Portal da Melhor Idade.

Figura 11 - *Printscreen* Grupo de Dança do Portal da Melhor Idade



Fonte disponível em: <[Canal do YouTube Rogério Cerqueira Silveira](#)> Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

Em entrevista à revista *Musas*, a professora Terezinha destaca algumas dificuldades, como a questão do transporte, pois por se tratar de ilhas, a dinâmica da região requer transportes específicos, outra questão são os envolvimento políticos, o que dificultou as idas da equipe a algumas ilhas (2016; p.230-231). E outros desafios sociais, como relata:

Quando começa alguém a valorizar, a viver daquilo, desperta um pouco os outros, porque temos um belíssimo patrimônio, uma paisagem belíssima nesses locais. Mas muitas pessoas não têm essa percepção. Então esses são os desafios. A gente fazer com que elas tenham essa compreensão, essa sensibilidade: a questão do pertencimento, do zelar, de que tem que cuidar. E isso é um trabalho contínuo: “Isso aqui é seu, você tem que cuidar, você tem que valorizar” (2016; p.249).

4.2.3 Comunicação

No marcador *Comunicação*, as perguntas foram desenvolvidas no intuito de saber se o efeito do uso das redes sociais na participação do público com as atividades do

ecomuseu; se tem exposições no museu e como são feitas; se o Ecomuseu possui rede de comunicação e trocas com outras instituições.

No que diz respeito a comunicação, as respostas obtidas segundo a museóloga Regina Lucia Tavares Lôbo De Souza, Ecomuseu Da Amazônia: Um Repensar Sobre a Prática Museológica (2018), que colheu a informação a partir de uma visita técnica com a turma do curso de Museologia 2016, da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 02/10/2018.

A sede do Ecomuseu se apresenta como uma vitrine para exposição dos projetos que são realizados tanto pelo Ecomuseu nas comunidades em que atua, como pelos artistas dessas comunidades, que têm naquele espaço, a liberdade para demonstrar e expor seus trabalhos.

Sendo assim, a sede do ecomuseu serve como espaço para exposição (figura 12), que é montada pela comunidade em parceria com os profissionais do Ecomuseu.

Figura 12 - Espaço expositivo



Fonte disponível em: <[FUNBOSQUE](#)> Acesso: 21 de janeiro de 2022.

Além da exposição, o ecomuseu possui uma rede de comunicação com outras instituições, no decorrer da pesquisa, a comunicação direta com a Fundação Escola Bosque, pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), associações, como Associação de Produtores Rurais do Assentamento Paulo Fonteles, onde se executa diversos projetos de agricultura. No que tange às relações de diálogos e trocas com outros museus/espacos museológicos teve início logo nos projetos para existência do Ecomuseu da Amazônia, afirma a professora Terezinha Martins (2016):

Chamamos outros profissionais da área que tivessem essa experiência, e reunimos e lançamos esse nome de Ecomuseu da Amazônia, com a participação das quatro comunidades e com a presença de várias instituições locais que

tinham afinidade com aquele trabalho que estava surgindo: Universidade Federal do Pará, Museu Emílio Goeldi, as secretarias de Educação, Cultura, Meio Ambiente. Então convidamos as diversas instituições locais e pessoas de fora, por exemplo, entre os mais conhecidos, o Mário Chagas, a Odalice Priost, a Yara Mattos e o Hugues de Varine, que fez a abertura oficial por webcam lá da França (Revista Musas, 2016, nº 7).

4.2.4 Economia

No marcador *Economia*, as perguntas foram desenvolvidas no intuito de saber se o turismo é a base econômica do ecomuseu, e quais outras atividades geram renda para comunidade; se tem ações de promoção do desenvolvimento sustentável; se existe algum relatório que mostre o crescimento econômico e a qualidade de vida da comunidade; se é possível identificar o papel da museologia no desenvolvimento sustentável da comunidade; e se sabem o que é a economia criativa.

No campo da Economia, as respostas obtidas segundo os estudos realizados pelo Ecomuseu, foi identificado o potencial de implementação do Turismo de Base Comunitária, capaz de valorizar o espaço, a gastronômicas, religioso, e as demais manifestações culturais, e a produção de atividades extrativistas sustentáveis e artesanal (HUFFNER; MARTINS; BASTOS, 2017; p.7. Turismo - Visão e Ação; Itajaí Vol. 20, Ed. 2), entre elas a produção de utensílios de barro (figura 13), com material retirado do igarapé, e a outra atividade é a produção de cestaria (figura 14), produzida com as folhas de tucumã.

Figura 13 - *Printscreen* Produção de utensílios de barro



Fonte disponível em: <[Eco Record News](#)> Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

Figura 14 - *Printscreen* Produção de cestaria. Artesã: Antonia Maria Mesquita.



Fonte disponível em: <[Canal do YouTube Rogério Cerqueira Silveira](#)> Acesso em: 20 de janeiro de 2022

No vídeo divulgado no *YouTube*, gravado em 2015, uma outra atividade contribuída pelo Ecomuseu para a produção de atividades de subsistência da comunidade Paulo Fonteles, segundo o entrevistado Valdemar da Silva Dias, Engenheiro de Pesca/Ecomuseu da Amazônia, em parceria com a Associação de Produtores Rurais do Assentamento Paulo Fonteles (APRAPAF), coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a função do Ecomuseu no Assentamento é de diversificar o sistema de produção, com o objetivo de complementar a renda e a alimentação. O engenheiro Valdemar informa que a atribuição no assentamento é da inserção da piscicultura, um ramo de cultivo de peixes em lugares controlados.

Para além da piscicultura, a relação do Ecomuseu com a associação foi a inserção de hortas orgânicas, chamado de Projeto de Horta Orgânicas, da APRAPAF, com o objetivo de ser uma opção de atividade remunerada. Segundo José Guilherme Pereira Rodrigues, Engenheiro Agrônomo/Ecomuseu da Amazônia, o vídeo publicado em 2016, um dos beneficiários do Ecomuseu que iniciou a agricultura com a instituição e conseguiu independência financeira, o que é um dos objetivos do ecomuseu.

Para encontrar respostas do questionário foram utilizadas diversas tipologias de fontes de pesquisa, como o *YouTube*, publicações de revistas, *podcast*, artigos, TCCs e pesquisa em redes sociais, e a partir do desenrolar da pesquisa e das informações coletadas, segue a análise realizada e separada em subcapítulo.

4.3 ANÁLISE

Neste subcapítulo, é realizada uma análise das respostas obtidas, é preciso ressaltar que as perguntas que envolvem a promoção do desenvolvimento sustentável, como registros do crescimento econômico, a qualidade de vida das comunidades e sobre economia local, informações mais detalhadas não foram encontradas durante a pesquisa, neste sentido, a análise será realizada a partir dos dados captados. Sendo assim, a observação será realizada por meio da análise SWOT, ou FOFA, ressaltando os principais pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. Abaixo segue a imagem da que mostra o apanhado geral da análise FOFA (Figura 15), e em seguida a análise de cada ponto:

Figura 15 - Análise FOFA

FORÇA	OPORTUNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> → O desejo, o querer, da comunidade em ter um ecomuseu. → Equipe multidisciplinar disponibilizada pela Escola Bosque. 	<ul style="list-style-type: none"> → Avaliações nos sites de turismo → Festival Street River → passeios de barcos
FRAQUEZA	AMEAÇA
<ul style="list-style-type: none"> → Desvalorização do próprio espaço pela comunidade. → Baixo engajamento nas redes sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> → Questões políticas → Próprio nome da instituição

Fonte autora 2022

Acerca dos pontos fortes do Ecomuseu da Amazônia, um dos principais pontos encontrados durante a realização da pesquisa é o **querer da comunidade**, o momento em que identificaram que o processo museal que ocorreu no Cerrado se assemelhava com o que estavam vivenciando no Pará, desta forma, identificaram também ter um ecomuseu, e o nomearam como tal. Tal situação evidencia o desejo da participação da comunidade em ter um Ecomuseu.

Outro ponto forte é o uso do espaço e da infraestrutura da Fundação Escola Bosque, que disponibiliza uma **equipe multidisciplinar** para o Ecomuseu, e colaboram nos projetos, proporcionando a diversificação nas propostas de ações com a comunidade. A **rede de comunicação** do ecomuseu, que possibilita uma teia de contatos e dinâmica de

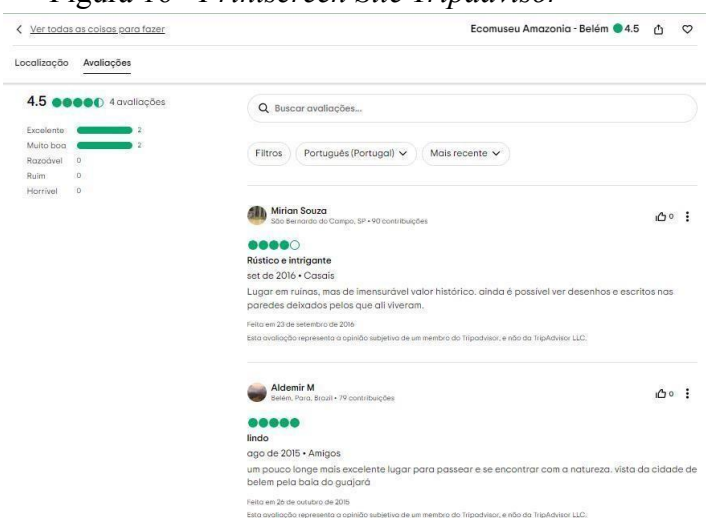
trocas entre instituições, como por exemplo o Museu Emílio Goeldi e a Universidade Federal do Pará.

Em contrapartida, os pontos fracos também se fazem presentes, o contrastante ponto é a **desvalorização do próprio espaço pela comunidade**, é curioso, pois a própria comunidade queria ter um ecomuseu, então percebe-se que não é uma unidade, que as discussões e interesses não estão alinhados. Esse baixo envolvimento nos projetos do ecomuseu, pode ser devido ao **baixo engajamento nas redes sociais**, o que acarreta o desinteresse da população mais jovem, como foi relatado nas pesquisas de campo da equipe do Ecomuseu, o desinteresse da parcela jovem da comunidade em dá continuidade às práticas culturais é devido à baixa autoestima e a dificuldade de identificar seu potencial.

Essa relação do ecomuseu com as redes sociais é fraca, a exemplo tem o *Instagram* cujo engajamento no mês de dezembro/2021 estagnou-se logo em seguida, no *Facebook* a última publicação foi em 2018. Já no *YouTube* tem mais conteúdos, porém, não pela conta da instituição, mas pela equipe Ateliê do Jornalismo, na conta pessoal de Rogério Cerqueira, que fazia parte da equipe do ecomuseu.

A respeito das oportunidades, em uma pesquisa no *Tripadvisor* (figura 16), o local é avaliado com 4,5/5 pontos, identifica-se a possibilidade do uso das avaliações e comentários que mostram o interesse e potencial de crescimento do turismo ao ar livre de sites para fomento do *marketing cultural*²⁴ para atrair mais públicos para visitaçãõ.

Figura 16 - Printscreen Site Tripadvisor



Fonte: [Tripadvisor](https://www.tripadvisor.com.br). Acesso em: 21 de janeiro de 2022

²⁴ Segundo o site RockContent (2019), entende-se como *Marketing Cultural todas as ações que fazem uso da cultura para fazer a divulgação de um produto, serviço ou marca*. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/marketing-cultural/>

Como o caso da imagem acima (figura 16), um *printscreen* da plataforma *Tripadvisor* que mostra a opinião dos visitantes em relação ao ecomuseu, com elogios sobre a conservação da natureza, ótimo espaço para visitar e levar a família.

Outra oportunidade de diversificação do turismo está nas ações que já acontecem na região, como o **Festival *Street River***, idealizado pelo paraense Sebá Tapajós, onde leva os grafites de vários artistas para Ilhas de Belém, para realizar pinturas em suas casas, e a ideia é que esse projeto se estenda para ilhas que compõem o ecomuseu, sendo uma espécie de galeria a céu aberto. A proposta de formar parceria com empresas de turismo de barco que já existem e atuam na região visa justamente o estímulo à movimentação econômica e cultural, e abertura para novos olhares e perspectivas para a região.

Por outro lado, há também as ameaças que circundam os rios do ecomuseu, e uma delas são as **questões políticas**. Na revista *Musas*, a coordenadora, professora Terezinha afirma ter problemas políticos em algumas comunidades, o que dificulta uma boa comunicação e conseqüentemente, o afastamento das ações em algumas ilhas, e também o deslocamento geográfico, por ser “um museu aberto que vivencia o cotidiano das comunidades do território amazônico” (*Site oficial; s/p*), a distância entre ilhas necessita de transportes adequados e seguros o que tem sido uma dificuldade para equipe. Outra ameaça é sobre o **próprio nome da instituição**, ao se autodenominar Ecomuseu da Amazônia, a expectativa de abranger uma grande área e maiores quantidade de comunidades pode ser uma ameaça dada a realidade atual do Ecomuseu em atuar em 1 distrito e 3 ilhas, das 39 ilhas de Belém, o que pode gerar uma frustração de expectativas. Apesar de considerar uma ameaça, também vejo como uma oportunidade de crescimento do Ecomuseu, abraçando mais comunidades e quem sabe um projeto ainda mais ambicioso e que englobe outro estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se chegasse até aqui foi necessário passar por eventos históricos que contribuíram no entrelaçamento do campo da museologia e economia para o desdobramento do papel social dos museus e o desenvolvimento sustentável. A interdisciplinaridade e as possibilidades de conexão que o campo museológico pode proporcionar nos estudos e práticas museológicas é a legitimação do potencial museal de ser uma ferramenta de transformação social, de ser atuante na sociedade e estar além do estereótipo atrelado a coisas velhas ou de importância histórica expirada. Sobre a interdisciplinaridade, trabalhar com conceitos que fazem parte de um campo tão grande como a Economia não foi fácil, sendo este um dos objetivos: analisar o conceito de *Economia criativa*, neste ponto, busquei apresentar alguns autores de referência. Para além desse conceito, foi apresentado também outros 2 termos, *Economia cultural* e *Economia da cultura* que complementam no entendimento mais geral.

Também se aborda a área do direito, que fala sobre o registro, entende-se que a economia criativa existe a partir da autenticidade do produto gerado, e puxar isso para o lado cultural significa a originalidade das práticas que herdamos dos ancestrais, algo intrínseco a hábitos e manifestações culturais. Para se debruçar sobre o que é autêntico foi necessário buscar o amparo das leis que identificam as manifestações culturais como patrimônio cultural. Trazer esta temática na monografia mostrou-se mais complexo que o esperado, no entanto, foi escrito de forma a compreender o ponto crucial do propósito de elucidar como a criatividade cultural tem ligação com a autenticação e favorece um melhor entendimento dos requisitos para estímulo da economia criativa.

Compor este trabalho com a escolha de 05 ecomuseus trouxe um leque de exemplos que contribuíram muito para demonstrar as trajetórias, os desdobramentos no meio econômico, as contribuições no cenário museológico e principalmente no cenário social. Segundo a Carta de Santiago do Chile (1974), utilizar dessas ferramentas alternativas para auxiliar na manutenção da identidade social, ajuda a ser resistente a invasivos métodos de heterogeneização da cultura. Possibilidade de ser uma ponte para o fomento de fonte de renda e subsídios para demais projetos ou ações que buscam fortalecer-se e tornar-se prósperos, contribuindo cada vez mais para a diversidade cultural, principalmente de espaços que ainda estão à margem da economia e da cultura do Brasil.

Pegando o gancho da marginalização cultural, no aspecto dos estados periféricos do Brasil, a escolha de analisar o Ecomuseu da Amazônia, seu deus pela sua localização fora do eixo Rio-São Paulo, localizado na região norte do Brasil, que é lembrada quando

convém aos interesses políticos. Foi de grande importância apontar suas ações e potencialidades para poder contribuir na área cultural paraense e seus desdobramentos criativos. A escrita deste capítulo trouxe algumas frustrações também, pois o caminho para encontrar alguns dados foram tortuosos e até inacessíveis. Este ponto mexe diretamente com os objetivos traçados de analisar parâmetros de Pesquisa, Preservação, Comunicação e Economia do ecomuseu que precisou ser repensado e readequado para conseguir dados e informações.

A busca por fontes de referências que pudessem contribuir na identificação do papel dos profissionais e do espaço museológico no segmento da economia criativa e para o desenvolvimento sustentável foi bem diversificado, buscas pela *internet*, matérias jornalísticas, *YouTube*, *Podcast*, revistas, *sites*, TCCs, entre outras fontes que auxiliassem numa análise bem pontuada e conclusiva, contudo, houveram algumas dificuldades neste trajeto, algumas informações relacionadas ao campo econômico não foram encontradas o que prejudicou na análise do parâmetro economia.

Ademais, outra dificuldade é o fato de não se ter um modelo ou exemplo de ecomuseu que trabalhe e tenha produções literárias sobre o uso da economia criativa e de dados sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil o que demonstra a ausência de estudos para fomento de políticas públicas de base que auxiliem os museus e ecomuseus a atuarem de forma assertiva no desenvolvimento sustentável, e que tragam qualidade de vida a comunidade. E como a museologia precisa adentrar mais nesse assunto, pois falar sobre economia, geração de renda e meios de conseguir verbas para desenvolvimento sustentável ainda é bem defasada na área museológica, enquanto em outras áreas como o caso da economia, o assunto está bem avançado.

Apesar das situações adversas, a presente monografia agregará muitas possibilidades de pesquisas futuras, podendo se estender para o ramo social, com estudos dos frutos dos projetos fomentados para o desenvolvimento social, considerando o avanço (ou não) da qualidade de vida das pessoas que estão incluídas no espaço museológico, os índices educacionais, índices econômicos, índice de felicidade interna, entre outros índices possíveis de serem levantados. Abre espaço também para estudos do turismo cultural na região e autonomia das cidades, as formas de preservação da cultura e seus desdobramentos. E ainda, possibilidades de fomento de projetos políticos que incorpore a economia e os espaços museológicos como potenciais para o desenvolvimento sustentável.

De fato, chegar até as considerações finais é a parte mais difícil, pois concluir algo que sabemos que ainda tem muito a crescer é estranho, então prefiro me aproximar de uma



breve conclusão uma vez que parece ser mais viável de ser realizada devido um longo caminho que este segmento pode percorrer. Faça uma comparação com a própria Museologia Social, pois as mudanças e experimentos são frutos que demoram a amadurecer, necessitam de mais tempo para que se veja as mudanças, seus benefícios e seus resultados.

[Por enquanto, fim.]

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura ou Economia Criativa? Pondo os pingos nos is.** Cultura e Mercado. 2007. Disponível em: <<https://www.culturaemercado.com.br/site/economia-da-cultura-ou-economia-criativa-pondo-os-pingos-nos-is/>> Acesso em: 27 de set de 2020;
- ARGENTA, Denise. **Museus e economia criativa: apontamentos para perspectivas futuras.** Cadernos do CEOM - Ano 26, n. 39 - Economia Criativa e Economia da Cultura. 2013. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/1737/955>> Acesso em: 27 de set de 2020;
- RUBBI, Cristiane. **Economia criativa nos museus do mundo: uma visão sócio-econômica.** UFSC. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/163638/TCC%20Cristiane%20Rubbi%20-%20OFICIAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 27 de set de 2020;
- 1972/ICOM - Mesa-Redonda de Santiago do Chile.** Revista MUSAS. S/D. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>> Acesso em: 27 de set de 2020;
- MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira.** Brasília: FUNAG, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/35428148/ECONOMIA_CRIATIVA_Implica%C3%A7%C3%B5es_e_desafios_para_a_pol%C3%ADtica_externa_brasileira> Acesso em: 27 de set de 2020;
- MENDONÇA, Rosângela Mirian Lemos Oliveira; FIGUEIREDO, Márcia C. B. de; COUTINHO, Tais de Souza Alves. **Economia da Cultura e Economia Criativa. Cultura e Desenvolvimento.** Pró-Reitoria de Extensão. UEMG. 2016 Disponível em: <<http://extensao.uemg.br/culturaedesenvolvimento/?p=247>> Acesso em: 28 de set de 2020;
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: O caleidoscópio da cultura.** Manole. 2006. Disponível em: <<https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-da-Cultura-e-Desenvolvimento-Sustenta%CC%81vel-o-Caleidosco%CC%81pio-da-cultura-Ana-Carla-Fonseca-Reis.pdf>> Acesso em: 29 de set de 2020;
- BLANDO, Gisele. **Verbete Draft: o que é Economia Criativa.** DRAFT. 2015. Disponível em: <<https://www.projetedraft.com/verbete-draft-o-que-e-economia-criativa/#sthash.AFT0jgmB.dpuf>> Acesso em: 29 de set de 2020;
- BRASÍLIA. **Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável** / Instituto Brasileiro de Museus – Brasília, DF: Ibram, 2014. 142 p.: il; 23 cm
– (Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade, 2). Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Museus_DimensaoEconomica_Ibram2014.pdf> Acesso em: 10 de out de 2020;
- TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **O registro como forma de proteção do patrimônio cultural imaterial.** Ambiente & Sociedade, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2007000100004&script=sci_arttext> Acesso em: 17 de out de 2020;
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Transformando a Criatividade Brasileira em Recurso Econômico. Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** Itaú Cultural. 2008. Disponível em:

<<https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-Criativa-como-Estrat%C3%A9gia-de-Desenvolvimento.pdf>> Acesso em: 17 de out de 2020;

BRASÍLIA. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020** (2010: Brasília – DF) Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>> Acesso em: 20 de out de 2020;

BRASÍLIA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília, Ministério da Cultura, 2011. 156 p. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/narapessoa/disciplinas/configuracoes-culturais-ii/plano-da-secretaria-da-economia-criativa-politicas-diretrizes-e-acoes-2011-2013-2014>> Acesso em: 20 de out de 2020;

Receita própria. Glossário. Câmara Municipal. Vale do Paraíso- RO. 2020 Disponível em: <https://www.valedoparaíso.ro.leg.br/transparencia/glossario> Acesso em: 02 de mar de 2021;

PINTO, Tales dos Santos. **"O mecenato na história"**; *Brasil Escola*. S/D. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia/o-mecenato.htm>> Acesso em: 02 de mar de 2021;

BRASIL. **Lei de Incentivo à Cultura**. Brasil. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm> Acesso em 08 de mar de 2021;

GUILHERME, Luciana Lima. **Economia Criativa, do modismo à estratégia de desenvolvimento. Cultura, diversidade e desenvolvimento**. Curso de Formação de gestores públicos e agentes culturais. Edição 2015. Rio de Janeiro/Brasil. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Media/secult/Logomarcas/Economia%20Criativa_Apostila%20Curso%20de%20Gestores.pdf> Acesso em: 25 de abr de 2021;

Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia I / organizadores Leandro Valiati [e] Ana Letícia do Nascimento Fialho. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2017/07/CEGOV-2017-Atlas-volume-1-digital.pdf>> Acesso em: 25 de abr de 2021;

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Zahar, 2012.

ALVES, Elder Patrick Maia. **Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global**. Sociedade e estado, v. 25, p. 539-560, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/ngLws5Chz4nfv6qxw7hHGnS/abstract/?lang=pt>> acesso em 26 de out de 2021;

Patrimônio. Dicionário Etimológico. S/D. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>> Acesso em: 26 de out de 2021;

VINCENNES, Armand Mattelart. **Mundialização, cultura e diversidade**. Revista famecos, v. 13, n. 31, p. 12-19, 2006. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3387/265>> Acesso em 27 de out de 2021;

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Em: Regina Abreu e Mário Chagas. Rio de Janeiro. Lamparina, 2009. Pp. 59-79. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3160394/mod_resource/content/1/Para%20a%20C3%A9m%20da%20pedra%20e%20cal%20por%20uma%20concep%C3%A7%C3%A3o%20ampla%20de%20patrim%C3%B4nio%20cultural.pdf> Acesso em: 27 de out de 2021;

OLIVEN, Rubem G. **Patrimônio intangível: considerações iniciais. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** ORG: Regina Abreu e Mário Chagas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. Pp. 80-82. Disponível em:
 <<http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio-ensaios-contemporaneos.pdf>> Acesso em: 27 de out de 2021;

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Brasil. S/D. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em 29 de out de 2021;

FREIRE, Beatriz. **O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação.** Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 2, n. 3, p. 11-20, 2005. Disponível em:
 <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1047>> Acesso em: 03 de nov de 2021;

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. vol 1. 3º ed. São Paulo: Editora: Brasiliense, 1987. Disponível em:
 <<https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/obras-escolhidas-vol-1-magia-e-tc3a9cnica-arte-e-polc3adtica.pdf>> Acesso em: 03 de nov de 2021;

BRASIL. **Carta de Fortaleza.** Seminário: Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Expressão. IPHAN, 1997. Disponível em:
 <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>> Acesso em 03 de nov de 2021;

ZANIRATO, Silvia Helena. **O patrimônio natural do Brasil.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 40, 2010. Disponível em:
 <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6127/4449>> Acesso em: 03 de nov de 2021;

BRASIL. **Lei Nº 5.197, 3 De Janeiro De 1967.** Brasil. 1967. Disponível em:
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm> Acesso em: 04 de nov de 2021;

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Artigo 225. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 de nov de 2021;

SILVA, Gilda Acioli da. **Unidades de conservação como política de proteção à biodiversidade: uma caracterização perceptiva de grupos sócio-culturais do entorno da APA do Catolé e Fernão Velho, estado de Alagoas /** Gilda Acioli da Silva. – Maceió, 2006. xvii, 143f. : il., grafs., tabs. Disponível em:
 <<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1131/1/GILDA%20-%20BIBLIOTECA%20%20PDF.pdf>> Acesso em: 04 de nov de 2021;

DE LUCENA, Mycarla Míria Araújo; FREIRE, Eliza Maria Xavier. **Percepção ambiental sobre uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pela comunidade rural do entorno, semiárido brasileiro.** Educação ambiental em ação, v. 9, n. 35, 2011. Disponível em:<<https://revistaeea.org/artigo.php?idartigo=991&class=02>> Acesso em: 04 de nov de 2021;

ICMBIO. **Legislação.** S/D. Site. Disponível em:
 <<https://www.icmbio.gov.br/ran/legislacao/leis.html>> Acesso em: 04 de nov de 2021;

DAVID, Cláudio Gomes; ARAÚJO, Marcos Henrique Ribeiro de; SILVA, Wellington Batista da. **Fundamentos de Economia.** 2013. Disponível em:
 <http://200.129.0.130/bitstream/handle/123456789/1588/Fundamentos_de_Economia-10.01.14.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 09 de nov de 2021;

REIS, Ana Carla Fonseca; SANTOS, Rubens da Costa. **Patrocínio e mecenato: ferramentas de enorme potencial para as empresas.** Revista de Administração de empresas, v. 36, p. 17-25, 1996. Disponível em:



<<https://www.scielo.br/j/rae/a/QZ3jbvRKS3vJqBXvqJVHSDR/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 09 de nov de 2021;

CARIO, Silvio Antonio Ferraz. **Introdução à economia de empresas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2008. Disponível em:

<http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_2/Introducao_Economia_Empresas/material_didatico/Introducao%20Economi_a.pdf> Acesso em: 10 de nov de 2021;

DAVID, Cláudio Gomes; ARAÚJO, Marcos Henrique Ribeiro de; SILVA, Wellington Batista da. **Fundamentos de Economia**. UFMT. Cuiabá-MT, 2013. Disponível em:

<http://200.129.0.130/bitstream/handle/123456789/1588/Fundamentos_de_Economia-10.01.14.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 de nov de 2021;

MAGALHÃES, Alissa. **Setores da economia**. Educa mais Brasil. 2019. Disponível em:

<<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/matematica/setores-da-economia>> Acesso em: 11 de nov de 2021;

GUITARRARA, Paloma. "**Setores da economia**"; *Brasil Escola*. S/D. Disponível em:

<<https://brasilescuela.uol.com.br/geografia/setores-economia.htm>.> Acesso em 11 de nov de 2021.

MACHADO, Ana Flávia. Economia da Cultura e Economia Criativa: consensos e

dissensos. CM LEITÃO, **Por uma Brasil Criativo: significados, desafios e**

perspectivas da Economia Criativa Brasileira, p. 53-62, 2016. Disponível em:

<<http://www.feevale.br/Comum/midias/5a60179c-1438-4779-929e-e2196b59e892/Livro-Por%20um%20Brasil%20Criativo.pdf#page=56>> Acesso em: 11 de nov de 2021;

Como funcionam as leis de incentivo à cultura para submeter projetos? Arte em

Curso. S/D. Disponível em: <<https://arteemcurso.com/blog/como-funcionam-as-leis-de-incentivo-a-cultura-para-submeter-projetos/#:~:text=Lei%20Municipal%20de%20Incentivo%20%C3%A0%20Cultura&text=Ela%20permite%20que%20o%20contribuinte,de%20apoio%20cultural%20no%20per%20%C3%ADodo>.> acesso em: 16 de nov de 2021;

A importância das leis de incentivo para o mercado cultural. Revista EBS: evento

business show. Disponível em: <<https://www.revistaebs.com.br/mice/leis-de-incentivo-para-o-mercado-cultural/#:~:text=As%20principais%20leis%20de%20isen%C3%A7%C3%A3o,da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Idoso>.> Acesso em: 16 de nov de 2021;

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em:

<https://www.academia.edu/19309484/O_que_%C3%A9_Museu_1986> Acesso em: 19 de nov de 2021;

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Autêntica Editora, 2013. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=pBCdCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=POULOT,+Dominique,+Museu+e+Museologia.&ots=GmD7Kw1F4t&sig=6Uv_W3qvJS59OjOIM6yXHU6WYa0#v=onepage&q&f=false> Acesso em 19 de nov de 2021;

RODRIGUES, R. V. **Museus e museologia em panorama**. *Museologia & Amp; Interdisciplinaridade*, 2. 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16371>> Acesso em: 19 de nov de 2021;

Museologia Social. Saber Museus. IBRAM. Brasil. S/D Disponível em:

<<https://sabermuseu.museus.gov.br/museologia-social-2/>> Acesso em: 19 de nov de 2021;

RIVIÈRE, George Henri. **Definição evolutiva de ecomuseus**. *Museum International*,

Vol 37. 1985. Disponível em: <<http://www.museologia->



portugal.net/files/definicao_evolutiva_de_ecomuseu_.pdf> Acesso em 19 de nov de 2021;

SCHEINER, Tereza Cristina. **Repensando o museu integral: do conceito às práticas. Dossiê Museologia e Patrimônio** • Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. 7 (1) • Abr, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/cSJ5xdKWRhL9fQTfkQvyJMc/?lang=pt>> Acesso em 22 de nov de 2021;

CRUZ E SOUZA, Luciana Christina. **Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile.** MUSEUS • An. mus. paul. 28. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/sh3gYhzFZH8SJwBNZt3qc6j/?lang=pt#>> Acesso em 22 de nov de 2021;

BARBOSA, Tulio; PEDROSA, António de Sousa. **O Ecomuseu como forma de preservação do modo de vida dos faxinais e como vetor de desenvolvimento sustentável dos seus territórios.** Revista de Ciências Sociais *Configurações* [Online], 11, 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/1920#authors>> Acesso em: 22 de nov de 2022.

DE BARROS LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1986. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbncwcm9mZXNzb3JzaWx2aW9mYW1ldHJvGd4Ojc1N2JjY2YzNzFiMmIzNDI>> Acesso em 22 de nov de 2021;

HUFFNER, João Gabriel Pinheiro; MARTINS, Maria Terezinha Resende; BASTOS, Márcia Sueli Castelo Branco. **A possível atuação do Ecomuseu da Amazônia no desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Cotijuba-PA.** Turismo-Visão e Ação, v. 20, n. 2, p. 235, 2018. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/7f926dd310b49d4f02065b1ab8537a5a/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2032135>> Acesso em: 25 de nov de 2021;

ALMEIDA, Adrielson Furtado; MARTINS, Maria Terezinha Resende. **Boas práticas em educação museal: Roteiro de memória do Ecomuseu da Amazônia na ilha de Caratateua, Belém, Pará, Brasil.** Revista Cadernos do Ceom, v. 34, n. 54, p. 14-28, 2021. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/5915>> Acesso em: 25 de nov de 2021;

MARTINS, Maria Terezinha R.; DE ARAÚJO PACHECO, Vinícius. **Ecomuseu da Amazônia: o patrimônio local da representatividade dos biomapas.** História, Arqueologia e Educação Museal, Patrimônio e Memórias, p. 270-288. EDUFPI, 2021 Disponível em: <https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/publicacoes-da-extensao/2021/Histo%CC%81ria_Arqueologia_e_Educac%CC%A7a%CC%83o_Museal_Patrimo%CC%82nios_e_Memo%CC%81rias.pdf> Acesso em: 25 de nov de 2021;

SOUZA, Regina Lucia Tavares Lôbo De. **Ecomuseu Da Amazônia: Um Repensar Sobre a Prática Museológica.** UFPA, 2018. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/2158/1/TCC_EcomuseuAmazonia_R_epensar.pdf> Acesso em: 26 de nov de 2021;

CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, VLADIMIR SIBYLLA. **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/LIVRO-TERRITORIO-MUSEUS-E-SOCIEDADE_WEB__vers%C3%A3o-02.pdf> Acesso em: 30 de nov de 2021;

- REIS, Gabrielle Alves. **O Território Como Estratégia De Memória: Museus De Território**. XIII Enanpege, 2019. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562628262_ARQUIVO_GabrielleAlvesReis_OTerritoriocomoEstrategiasdeMemoria-MuseusdeTerritorio.pdf> Acesso em: 30 de nov de 2021;
- COSTA, Alcidea Coelho. **O Ecomuseu do Cerrado: um instrumento para o ecoturismo no Brasil Central**, 2004. 91 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo)- Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Biblioteca Digital do Cerrado, *Site*, 2009. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/536>> Acesso em: 12 de dez de 2021;
- NÓBREGA, Ricardo Campos da; ENCINAS, José Imaña. **Uso atual do solo do projeto Ecomuseu do Cerrado**. Revista *Árvore*, v. 30, p. 117-122, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/GMSfSXdrwJDxPpjTM9355mh/abstract/?lang=pt&forma_t=html> Acesso em: 12 de dez de 2021;
- Entrevista com Maria Terezinha, coordenadora do Ecomuseu da Amazônia**. Museu Visitado (Entrevista concedida na sede do Ibram, em Brasília, em 11 de maio de 2016). *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, p. 224, n. 7, 2016. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2016 v. : il. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Musas-7.pdf>> Acesso em: 12 de dez de 2021;
- MATTOS, Yara. **Ecomuseu, Desenvolvimento Social e Turismo**. Ouro Preto, MG. 2006. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/15_Ecomuseu%20Desenvolvimento%20Social%20e%20Turismo.pdf> Acesso em: 04 de mar de 2022;
- BRULON, Bruno. **A Invenção Do Ecomuseu: O Caso do Écomusée Du Creusot Montceau-Les-Mines e a Prática Da Museologia Experimental**. *MANA* 21(2): 267- 295, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 04 de mar de 2022;
- LEITE, Pedro Pereira. **Sobre Ecomuseus, Ecomuseologia e Museus Comunitários**. Roteiro de *Encontros com o Patrimônio da TSF*. 2015. Disponível em: <https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/14-ecomuseus-e-museologia-social/sobre-ecomuseus-ecomuseologia-e-museus-comunitarios/#_ftn1> Acesso em: 04 de mar de 2022;
- CARDOSO, Diogo da Silva. **Turismo de Base Comunitária, Ação Ecomuseologia e Empreendimentos Solidários e “Criativos”: Um Diagnóstico Das Iniciativas “Pós Desenvolvimentistas” no Bairro de Santa Cruz e Adjacências (RJ)**. *Comunidades, Natureza e Cultura no Turismo*. UFPB. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Roberto-Francisco/publication/303921233_CONTRIBUICAO_DOS_ELEMENTOS_METEOROLOGICOS_AO_TURISMO_RURAL_NO_SEMIARIDO_PARAIBANO_-_CABACEIRAS/links/575df22b08aec91374aef997/CONTRIBUICAO-DOS-ELEMENTOS-METEOROLOGICOS-AO-TURISMO-RURAL-NO-SEMIARIDO-PARAIBANO-CABACEIRAS.pdf#page=162> Acesso em: 11 de mar de 2022;
- DA SILVA CARDOSO, Diogo. **Apontamentos sobre o turismo de base comunitária a partir da análise de duas regiões díspares: região do Cariri (Ceará) e região da Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro)**. *Anais do Seminário da ANPTUR – 2016*. Disponível: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/532.pdf>> Acesso em: 11 de mar de 2022;
- PIMENTA, José Renato Soares. **Educação Patrimonial, Geografia Escolar e Ressignificação do Lugar para Estudantes Periféricos no Noph/Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz**. III Congresso Internacional e Interdisciplinar em

Patrimônio Cultural: Experiências em Gestão e Educação em Patrimônio. Portugal - Brasil. 2021. Disponível:

<https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1619562190_ARQUIVO_d3ba6ffb5b5ef7f1b1a4a4ef52075097.pdf> Acesso em: 10 de mai de 2022;

PRIOSTI, Odalice Miranda; PRIOSTI, Walter Vieira. **Os Ecomuseus e o Patrimônio da Liberdade de Ação Comunitária.** NOPH, 2017. Disponível em:

<<https://silo.tips/download/palavras-chave-ecomuseu-comunidade-memoria-patrimonio-museologia-da-libertaa-re>> Acesso em: 10 de mai de 2022;

A Cultura na Economia Brasileira. Fundação Getulio Vargas - FGV. N° 23. 2015.

Disponível em: <<https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/pdf.pdf>> Acesso em: 20 de mai de 2022;

VIEIRA, Guilherme Lopes. **O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica.** Mosaico, V. 8 – N° 12. 2017. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65900/66865>>

Acesso em: 20 de mai de 2022;

SILVA, Verónica Alexandra Borda de Água. **Rota de turismo industrial e criativo no Arco Ribeirinho Sul-Almada, Seixal e Barreiro.** 2019. Tese de Doutorado. ESHTe.

Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32714/1/2019.04.012_.pdf>

Acesso em: 19 de jul de 2022;

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Reflexões sobre a nova museologia.**

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA N° 18 - 2002. Disponível em:

<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/3800/1/cap_4.pdf> Acesso em: 25 de jul de 2022

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne.** Distrito Federal. *Site*. S/D. Disponível em: <<https://museucerrado.com.br/>> Acesso em: 07 de dez de 2021;
- UnBTV. **Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne.** *YouTube*, 18 de set de 2014 (3 min e 07 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VTt7f6hvUik>> Acesso em: 12 de dez de 2021;
- BOM DIA DF. **Ecomuseu do Cerrado mostra projetos de preservação.** GloboPlay. 11 de set de 2014 (3 min). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3622166/>> Acesso em 12 de dez de 2021;
- Museu Virtual do Cerrado (MVC).** Distrito Federal. UnB. S/D. Disponível em: <<http://www.mvc.unb.br/>> Acesso em 12 de dez de 2021;
- Levaram graffiti para a Amazônia.** VICE (2017). Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/paevk7/levaram-graffiti-para-dentro-da-amazonia>> Acesso em: 12 de dez de 2021
- #3 Museu e Resistência (UFSC + UFPE): Acervo da Laje (BA) e Ecomuseu da Amazônia (PA).** Entrevistados: José Eduardo e Vilma Santos, pelo Museu da Laje (BA), e Teresinha Martins, do Ecomuseu da Amazônia (PA). Entrevistadores: Francisco Sá Barreto, Hugo Menezes (do DAM/PPGA - UFPE) e Lucas Lopes (Museologia/UFSC). *Museológicas Podcast*. 15 de out de 2020 (1h e 10min). Podcast. Disponível em: < Acesso em: 13 de dez de 2021;
- SILVEIRA, Rogério Cerqueira. **O EcoMuseu da Amazônia na Ilha de Cotijuba/Belém/PA.** *YouTube*, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RgB59g6Kdb4>> Acesso em: 20 de jan de 2022;
- SILVEIRA, Rogério Cerqueira. **Projeto Carimbó/EcoMuseu da Amazônia/Castanhal do Mari-Mari/PA.** *YouTube*, 25 de set. de 2015 (5 min e 32 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rh50688Sqfg&t=163s>> Acesso em: 20 de jan de 2022;
- SILVEIRA, Rogério Cerqueira. **As escolas da Ilha de Mosqueiro/EcoMuseu da Amazônia/Pará.** *YouTube*, 3 de jun. de 2015 (15 min e 08 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hEy-ePw-Rvo>> Acesso em: 20 de jan de 2022;
- SILVEIRA, Rogério Cerqueira. **Assentamento Paulo Fonteles/EcoMuseu da Amazônia/Ilha de Mosqueiro/PA.** *YouTube*, 7 de set. de 2015 (7:38seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g37p2AvyUv8>> Acesso em: 20 de jan de 2022;
- SILVEIRA, Rogério Cerqueira. **Projetos orgânicos do EcoMuseu da Amazônia/Ilhas de Caratateua e Mosqueiro/PA.** *YouTube*, 29 de jan. de 2016 (10:42seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9Q0th2Laf5Q>> Acesso em: 20 de jan de 2022; R7.
- Ecomuseu preserva as tradições dos povos da Floresta no Pará.** ECO RECORD NEWS 15/04/2015 - 12H35 (ATUALIZADO EM 26/10/2015 - 14H06). Disponível em: <<http://noticias.r7.com/record-news/eco-record-news>> Acesso em: 21 de jan de 2022.
- Ecomuseu Municipal de Seixal (EMS).** Portugal. S/D. Disponível em: <<https://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal>> Acesso em: 04 de mar de 2022;
- Institut National de la Statistique et des études économiques.** França. 2018. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/4989724?sommaire=4989761>> Acesso em 26 de mar de 2022;
- Ecomusée du Creusot Montceau-Les-Mines.** França. S/D. Disponível em: <<https://www.creusotmontceautourisme.fr/en>> Acesso em: 26 de mar de 2022;



Caravana Literária do Ecomuseu de Santa Cruz. RotaCult. Rio de Janeiro. *Site*. 2022. Disponível em:

<<https://rotacult.com.br/2022/05/caravana-literaria-do-ecomuseu-de-santa-cruz-na-zona-oeste-do-rio-de-janeiro/>> Acesso em 10 de mai de 2022;

ILUMINA ZONA OESTE. *Site*. S/D. Disponível em:

<<https://www.iluminazonaoeste.org.br/o-festival>> Acesso em: 10 de mai de 2022;

COSTA, Karine. **Fórum Mundial de Bioeconomia acontece esta semana em Belém, Pará.** Rádio Agência Brasil. 2021. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2021-10/forum-mundial-de-bioeconomia-acontece-esta-semana-em-belem-no-para>>

Acesso em: 20 de mai de 2022;

MUSEUS COMUNITÁRIOS. **Ecomuseu Municipal do Seixal, Núcleo Fábrica de Pólvora.** *Youtube*, 19 de abr de 2018 (11 min e 15 seg). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=1iONFb-AhT8>> Acesso em: 25 de jul de 2022.

ANEXO 1

Entrevista

Informações introdutórias:

1. Quando o museu foi criado?
2. Quem criou o museu?
3. Como foi o processo de criação do museu?
4. Como o museu se mantém financeiramente?
5. O museu está ligado a alguma esfera pública (governo municipal, estadual ou federal)?
6. O museu tem equipe? Quantas pessoas são e quais as áreas de atuação?

Na área de Pesquisa:

1. Como é realizada a pesquisa pelo ecomuseu? Há envolvimento de outras instituições, como universidades?
2. A comunidade participa das pesquisas e levantamento de informações sobre o acervo? Se sim, como é a participação?
3. Durante a pesquisa na construção do Ecomuseu, foi possível identificar as relações da museologia e da economia? se sim, poderias explicar e exemplificar tais relações?
4. Em relação a gestão do ecomuseu, como ela é realizada?

Na área de Preservação:

1. Como é o processo de preservação dos acervos (material, imaterial e natural)?
2. Há cursos/orientações para os moradores sobre os processos de preservação do patrimônio? Se sim, como são realizados?
3. Quais foram os desafios na preservação do meio ambiente e no resgate dos saberes e fazeres da região?

Na área de Comunicação:

1. O uso das redes sociais como veículo de comunicação surtiu efeito de participação ou engajamento do público com as atividades do ecomuseu?
2. Há exposições no museu? Quem as monta? Elas circulam por outros espaços?
3. O Ecomuseu possui rede de comunicação com outras instituições? Se sim, há potência do diálogo e trocas com outros museus/espços museológicos?



Na área de Economia:

1. Sabendo que o turismo é a base econômica do ecomuseu, quais outras atividades são exercidas? E elas geram renda para a comunidade?
2. Quais ações são realizadas para a promoção do desenvolvimento sustentável?
3. Há algum relatório que mostre o crescimento econômico e a qualidade de vida da comunidade?
4. Consegue identificar o papel da museologia no desenvolvimento sustentável da comunidade?
5. Tem conhecimento do que é a economia criativa?